

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | **Montserrat Sagot:** “Nenhuma mulher está a salvo em uma sociedade patriarcal e misógina”

PÁGINA 07 | **Yara Stockmanns:** “A mulher mais pobre é a que mais denuncia a violência”

PÁGINA 09 | **Lilia Schraiber:** “A violência está em todos os cantos e é em todos os lugares e esferas da vida social que ela deve ser combatida”

PÁGINA 11 | **Martha Narvaz:** A desigualdade de gênero como constituinte das ações de violência

PÁGINA 14 | **Stela Soares de Farias Cavalcanti:** A cada 15 segundos, uma mulher sofre violência no Brasil

PÁGINA 16 | **Lupicínio Iñiguez:** “A melhor fonte de cultivo para a violência é a diferenciação, a assimetria, a desigualdade e a dominação”

PÁGINA 18 | **Romeu Gomes:** “Não basta o socorro físico. É preciso atuar nas causas da violência”

B. Destaques da semana

» Brasil em Foco

PÁGINA 21 | **José Luís Oreiro:** O último baluarte da ortodoxia no governo Lula é o Banco Central

» Teologia Pública

PÁGINA 24 | **Márcio Fabri dos Anjos:** Anticoncepcionais e Igreja: *Humanae Vitae*, 40 anos depois

» Entrevista da Semana

PÁGINA 27 | **Leonardo Gandolfi:** Vida e linguagem: uma reflexão sobre o poeta e prosador português Carlos de Oliveira

» Filme da Semana

PÁGINA 31 | **Jogo de cena**, de Eduardo Coutinho

» Invenção

PÁGINA 33 | **Eduardo Sterzi**

» Análise de Conjuntura

PÁGINA 36 | **Destaques On-Line**

C. IHU em Revista

» Agenda de Eventos

PÁGINA 39 | **Adriano Premebida:** Para o bem ou para o mal? O valor das nanotecnologias para a sociedade

PÁGINA 42 | **Maria Isabel Barros Bellini:** Passado e presente: tradicional conceito de família perde espaço diante da tecnologia

» Perfil Popular

PÁGINA 45 | **Imidia Zeferino**

» IHU Repórter

PÁGINA 46 | **Ana Luisa Alves**



IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

“Nenhuma mulher está a salvo em uma sociedade patriarcal e misógina”

Para a professora Montserrat Sagot, a violência ocorre independentemente das condições econômicas e educativas

POR GRAZIELA WOLFART

“Mesmo que nas últimas décadas tenha ocorrido um aumento na consciência social sobre a problemática e em quase todos os países da América Latina se tenham implementado programas, leis e políticas, a forma mais comum de uma mulher lidar com a violência é mantê-la na intimidade ou recorrer a pessoas próximas ou familiares.” A lamentável constatação é da socióloga costarriquenha Montserrat Sagot, em entrevista concedida por e-mail para a **IHU On-Line**. Ela explica também o conceito de “rota crítica”, que é “um processo que se constrói a partir da seqüência das decisões e ações executadas pelas mulheres afetadas pela violência e as respostas encontradas em sua busca de soluções”. Doutora em Sociologia, e especializada em Sociologia de Gênero pela American University, de Washington/Estados Unidos, Montserrat Sagot é professora na Universidad de Costa Rica. É autora de uma grande variedade de publicações e pesquisas relacionadas ao gênero, à violência contra as mulheres, aos direitos das adolescentes, entre outros. Confira uma entrevista concedida pela professora para o sítio do IHU, publicada em 25-11-2006, ocasião em que esteve na Unisinos, participando do Seminário Violência Intrafamiliar e de Gênero, que aconteceu entre os dias 23 e 24 de novembro daquele ano.



DIVULGAÇÃO

IHU On-Line - Quais são os principais tipos de violência sofrida pela mulher contemporânea e como ela lida com essas diferentes formas de agressão?

Montserrat Sagot - A violência contra as mulheres possui uma grande diversidade de formas na sociedade contemporânea. Algumas delas são a violência física, a sexual e a psicológica. Mas a forma mais extrema de violência contra as mulheres é o femicídio ou o assassinato misógino. Geralmente, estas formas de violência adquirem o formato de uma espiral. Ou seja, uma mulher que sofre violência cotidianamente em geral experimenta todas as formas de violência e corre o risco de que ela aumente. Há uma relação, também, entre ter sofrido violência na infância e sofrer violência na vida adulta. Uma mulher

que foi maltratada quando menina tem três vezes mais probabilidade de sofrer violência na vida adulta do que uma que não sofreu. Mesmo que nas últimas décadas tenha ocorrido um aumento na consciência social sobre a problemática e em quase todos os países da América Latina tenham sido implementados programas, leis e políticas, a forma mais comum de uma mulher lidar com a violência é mantê-la na intimidade ou recorrer a pessoas próximas ou familiares. Ou seja, ainda é uma minoria de mulheres que recorre a algum dos serviços existentes ou denuncia a violência sofrida. As mulheres que mais tendem a denunciar publicamente são aquelas que sofreram violência por parte de um homem com o qual não mantinham uma relação próxima.

IHU On-Line - A senhora conhece bem a realidade da violência contra as mulheres na América Central e na América do Sul. Qual é a especificidade da região nesse tema? A violência sofre diferença de um continente para outro?

Montserrat Sagot - Dadas as condições de grande desigualdade na América Central, a violência contra as mulheres começa a adquirir dimensões realmente alarmantes. Em todos os países, mas principalmente na Guatemala, Honduras e El Salvador, os índices de violência contra as mulheres são dos mais altos do mundo. Só na Guatemala se cometem mais de 700 femicídios por ano e a forma como as mulheres são assassinadas denota altos níveis de ódio e de sadismo. Nas sociedades com

uma história de violência social e política e onde existem grandes desigualdades, como é o caso de muitos dos países da América Central, a violência contra as mulheres também adquire maiores níveis e características mais dramáticas do que em outros países.

IHU On-Line - O que podemos considerar como “rotas críticas” no caso das mulheres enfrentando as violências?

Montserrat Sagot - A rota crítica é um processo que se constrói a partir da seqüência das decisões e ações executadas pelas mulheres afetadas pela violência e as respostas encontradas em sua busca de soluções. Este é um processo interativo constituído tanto pelos elementos relacionados com as mulheres afetadas e as ações empreendidas por estas quanto pela resposta social encontrada, o que, por sua vez, se converte em um elemento determinante da rota crítica. O início da rota crítica pode ser considerado como o “romper o silêncio”. Ou seja, as mulheres iniciam sua rota crítica quando decidem revelar sua situação de violência a uma pessoa fora de seu âmbito doméstico ou familiar imediato, como uma tentativa de buscar soluções. Com este conceito se parte do suposto de que existe uma série de fatores que impulsionam ou inibem uma mulher a buscar ajuda, entre eles a informação e o conhecimento que possui, suas percepções e atitudes, os recursos disponíveis, sua experiência prévia, a valorização da situação, e os apoios e obstáculos encontrados. Nesse sentido, a rota crítica envolve as decisões e ações empreendidas pelas mulheres e as respostas encontradas tanto em seu âmbito familiar quanto institucional. No âmbito institucional, os fatores de resposta estão associados ao acesso, disponibilidade e qualidade dos serviços, os quais estão determinados tanto por fatores estruturais e normativos quanto pelas representações sociais, atitudes da comunidade em geral e dos prestadores de serviços.

IHU On-Line - Educação e condição econômica favorável são fatores que inibem ou impedem a violência contra a mulher?

Montserrat Sagot - Não se tem conse-

guido estabelecer uma relação causal entre esses fatores e a violência contra as mulheres. Os resultados das pesquisas a nível mundial não permitem chegar a conclusões definitivas sobre os efeitos da educação e as condições econômicas. Em alguns países, uma melhor condição econômica e educativa parece pôr ainda mais as mulheres em risco frente à violência. Em outros, esses fatores ajudam a sair da violência. Dadas essas situações, a conclusão a que se chega é a de que a violência ocorre independentemente das condições econômicas e educativas, e que ainda que essa violência possa adquirir características diferentes segundo o nível educativo, a etnia,

“Em nenhum país, os estados são capazes de garantir às mulheres uma vida livre de violência e de prevenir a impunidade”

a região geográfica, a classe social etc., nenhuma mulher está a salvo em uma sociedade patriarcal e misógina.

IHU On-Line - Quais são os principais danos psicológicos de uma mulher que sofre violência?

Montserrat Sagot - Como resultado da violência, freqüentemente, as mulheres maltratadas sofrem dores de cabeça de forma crônica, transtornos sexuais, depressões, fobias e medos. A principal consequência é uma baixa auto-estima que não lhes permite buscar ajuda para sair da situação.

IHU On-Line - Nos países que a senhora pesquisou, o Estado apóia as mulheres vítimas de violência? Percebe-se alguma evolução, nesse sentido, na última década, na América Latina?

Montserrat Sagot - Em todos os países da América Latina, se aprecia um avanço considerável na atenção da violência contra as mulheres em relação com o realizado há 15 ou 20 anos. A violência contra as mulheres deixou de ser considerada um assunto privado para passar a ser entendida como um problema público, sobre o qual os estados devem assumir responsabilidade. Por isso, se tem desenvolvido uma grande quantidade de programas e políticas, tanto setoriais quanto gerais, para enfrentar a violência. Isso representa uma conquista do movimento de mulheres que conseguiu colocar a problemática no debate público e tirá-lo do âmbito do secreto. No entanto, apesar dos avanços, em nenhum país, os estados são capazes de garantir às mulheres uma vida livre de violência e de prevenir a impunidade.

IHU On-Line - Como entender o comportamento violento? Ainda vivemos em uma cultura da violência, difundida até dentro das famílias?

Montserrat Sagot - O comportamento violento é resultado de uma sociedade construída sobre hierarquias sociais, onde se ensina às pessoas que se encontram nos lugares mais altos da hierarquia a controlar e a dominar os que são considerados mais fracos ou até inferiores. A violência é uma das formas mais estendidas para o exercício desse controle e domínio. Na medida em que continuarem existindo as hierarquias sociais, baseadas no gênero, na etnia, na idade, na classe social etc., será muito difícil construir uma sociedade na qual se estabeleçam relações igualitárias e não violentas.

IHU On-Line - A senhora já trabalhou em uma ONG que atendia mulheres maltratadas. O que aprendeu de mais marcante com essa experiência?

Montserrat Sagot - Essa foi uma das experiências mais enriquecedoras de minha vida. Nos grupos de apoio para mulheres maltratadas, aprendi sobre solidariedade entre mulheres, sobre fortalezas e sobre a capacidade do ser humano, neste caso das mulheres, para resistir à violência e à opressão, inclusive sob as piores circunstâncias. Também aprendi como muitas mulhe-

“A melhor forma de prevenir o femicídio é aceitar a idéia de que para as mulheres o lar é o lugar mais perigoso e a família, o grupo social mais violento”

res são capazes de manter a esperança de uma vida melhor, ainda que tudo a seu redor lhes diz que devem conformar-se e aceitar a violência como um destino inevitável.

IHU On-Line - Quais são os passos mais importantes para evitar o femicídio em nossas sociedades? Por que a mulher corre mais perigo de morte ao lado de homens próximos a ela do que de estranhos?

Montserrat Sagot - A melhor forma de prevenir o femicídio é aceitar a idéia de que para as mulheres o lar é o lugar mais perigoso e a família o grupo social mais violento. É preciso ajudar as mulheres a romper com os mitos de que correm maior perigo diante de estranhos e de que os lugares mais perigosos são as ruas ou os espaços fora de suas casas. A maioria dos atos de violência contra as mulheres, assim como os femicídios, são cometidos dentro das quatro paredes do lar e os principais perpetradores são homens próximos. Por isso, tanto as políticas públicas quanto os programas para prevenir e enfrentar a violência devem partir da premissa de que, para as mulheres, quanto mais próximo, mais perigoso. Isso ajudará as mulheres e suas famílias a estarem preparadas e servirá como um instrumento à polícia e aos operadores de justiça para que compreendam o perigo de morte real que enfrentam as mulheres quando convivem ou têm relações próximas com um agressor.

“A mulher mais pobre é a que mais denuncia a violência”

Para Yara Stockmanns, por mais que a igualdade constitucional seja uma realidade jurídica, a discriminação de gênero continua presente no cotidiano feminino

POR GRAZIELA WOLFART

Yara Regina Stockmanns é coordenadora do Centro Jacobina de Atendimento e Apoio à Mulher da Prefeitura Municipal de São Leopoldo. Artista plástica, ela também atua como promotora legal popular e faz parte do Comitê Regional de Educação em Direitos Humanos do Vale do Sinos. Na entrevista que concedeu por e-mail à IHU On-Line, ela fala sobre o trabalho do Centro Jacobina e sobre a situação da violência contra a mulher em São Leopoldo e região. Yara constata que, “para muitas mulheres que decidem romper o ciclo da violência, o caminho é difícil, por isso muitas vezes se sentem sozinhas e impotentes”.

IHU On-Line - São Leopoldo é uma das cidades mais violentas do Rio Grande do Sul. Como isso aparece aplicado à violência contra a mulher?
Yara Stockmanns - Os índices de violência contra a mulher no município são uma questão de saúde pública, além de uma violação dos direitos humanos. A violência contra a mulher aparece nos números de atendimentos realizados no Centro Jacobina. No apoio à mulher, desde sua inauguração, em 19 de outubro de 2006, até hoje, o Centro realizou 628 novos atendimentos. A Prefeitura Municipal de São Leopoldo vem construindo políticas públicas que objetivem a melhora das condições de vida das mulheres, sendo estas extremamente necessárias para o fim da violência contra a mulher.

IHU On-Line - Qual é o tipo de violência mais comum e qual o perfil

“A violência contra a mulher é um fenômeno complexo e muito mais freqüente do que se imagina”

da mulher agredida?

Yara Stockmanns - As mulheres sofrem todos os tipos de violência, mas a mais comum é a violência física associada com a psicológica, seguida pela ameaça. Para muitas mulheres que decidem romper o ciclo da violência, o caminho é difícil, por isso muitas vezes se sentem sozinhas e impotentes. O perfil da mulher vítima de violência aparece em todas as classes sociais e todas as faixas etárias. Entretanto, a mulher

“A violência contra a mulher muitas vezes deixa marcas visíveis no corpo. Em outras situações, as marcas são subjetivas, sendo possível identificá-las em relação não somente à vítima, mas sobre seus filhos, sobre todo o núcleo familiar, promovendo sofrimentos e desajustes psicológicos, além de perpetuar comportamentos agressivos”

mais pobre é a que mais denuncia. **IHU On-Line - Qual é a sua opinião, de forma geral, sobre a importância da Lei Maria da Penha?** Yara Stockmanns - Sancionada em 07 de agosto de 2006, a Lei nº 11.340/06, Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Como uma legislação específica que trata das mulheres em situação de violência, a Lei Maria da Penha é uma ação afirmativa e sua finalidade é acelerar o processo de igualdade entre mulheres e homens, o que se dá a partir do reconhecimento das desigualdades historicamente construídas em nossa sociedade. Essa Lei estabelece uma nova perspectiva para as mulheres brasileiras no enfrentamento da violência doméstica e familiar, especialmente ao reconhecer que todas elas, independentemente de suas muitas especificidades e diversidades, gozam de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Vem para tornar “visível” o que era “invisível” para a sociedade, que é a violência doméstica e familiar.

IHU On-Line - Como tem sido a aplicação da Lei Maria da Penha em São Leopoldo? Quais são os casos que são importantes destacar? Yara Stockmanns - Em relação à aplicação da Lei Maria da Penha em São Leopoldo, percebe-se que resta muito a ser feito para que se possa passar do discurso legal à prática social, e não somente no que se refere às re-

formas na legislação, mas no que diz respeito à própria mudança de mentalidade de homens e mulheres. Por mais que a igualdade constitucional seja uma realidade jurídica, a discriminação de gênero continua presente no cotidiano feminino. É preciso que todos aqueles que têm compromisso com a superação da violência contra a mulher exerçam os papéis de fiscalizadores de nossas instituições e garantidores de sua aplicação.

IHU On-Line - Como é o trabalho de acolhimento e apoio às mulheres agredidas? Em que estado psicológico elas costumam chegar ao Centro Jacobina? Yara Stockmanns - O Centro Jacobina realiza suas intervenções a partir de uma visão integral de atendimento, visando à ruptura da situação de violência e a construção de ações de cidadania. A abordagem no enfrentamento à violência contra a mulher propõe um acolhimento humanizado, construído essencialmente através de uma escuta qualificada, objetivando criar um canal de diálogo com a mulher para informá-la e preveni-la sobre seus direitos por meio de políticas públicas. A mulher vítima de violência doméstica tem seu tempo para romper o silêncio e normalmente quando busca ajuda se encontra sob forte pressão emocional, fragilizada, muitas vezes sofre depressão profunda, experimenta abalos definitivos na sua auto-estima e desen-

volve um sentimento de desesperança em relação às possibilidades de conseguir escapar do seu agressor.

IHU On-Line - Como as famílias das mulheres vítimas de violência reagem? Em que sentido a violência contra a mulher abala a estrutura familiar? Yara Stockmanns - Muitos preconceitos ainda permeiam a violência contra a mulher, tornando mais difícil que as mulheres se reconheçam vítimas desses crimes e os denunciem. Muitas delas sofrem pressões familiares, religiosas e sociais para manter o relacionamento e se sentem responsáveis pela preservação da unidade familiar, e outras contam com o apoio familiar ou a rede de relacionamentos, como amigos e pessoas próximas a ela. A violência contra a mulher muitas vezes deixa marcas visíveis no corpo. Em outras situações, as marcas são subjetivas, sendo possível identificá-las em relação não somente à vítima, mas sobre seus filhos, sobre todo o núcleo familiar, promovendo sofrimentos e desajustes psicológicos, além de perpetuar comportamentos agressivos. Portanto, prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher é um compromisso para toda a sociedade.

IHU On-Line - Como você descreve a relação das mulheres agredidas umas com as outras? A relação é de solidariedade? Como se dá esse contato dentro do Centro Jacobina? Yara Stockmanns - A violência contra a mulher é um fenômeno complexo e muito mais freqüente do que se imagina. A mulher que é vítima de violência quando em contato com outra mulher vítima sente que não está sozinha na busca de ajuda especializada e normalmente são solidárias, pois se colocam no lugar da outra. No Centro Jacobina, são realizados encontros com grupos de mulheres capazes de se reconhecer em sua singularidade e que estão exercendo uma ação interativa com objetivos compartilhados de reflexão. Promove, assim, o empoderamento da mulher, bem como a troca de experiências e informações que garantam a transformação de seus horizontes.

“A violência está em todos os cantos e é em todos os lugares e esferas da vida social que ela deve ser combatida”

Lilia Schraiber acredita que a questão da violência contra as mulheres se expressa como uma questão de desigualdade de gênero

POR GRAZIELA WOLFART

“**A** ideiação suicida e a tentativa de suicídio são constantemente associadas ao sofrer a violência. O efeito psicológico é muito grave”, afirma a médica e professora da USP Lilia Schraiber, em entrevista concedida por telefone para a IHU On-Line. Ela fala sobre o problema da violência contra as mulheres sob o viés da medicina preventiva e traz a dificuldade e a falta de preparo psicológico dos profissionais da área da saúde, principalmente os médicos, em tratar pacientes vítimas de violência. Schraiber possui graduação em Medicina e mestrado e doutorado em Medicina Preventiva, pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora da USP e membro da Cátedra UNESCO de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, que tem a USP como instituição responsável.

IHU On-Line - Qual é a sua percepção sobre a violência contra a mulher na sociedade contemporânea? E quais são as origens e motivações dos atos violentos cometidos contra a mulher em pleno século XXI?

Lilia Schraiber - É interessante o fato de você datar, falar “hoje”, marcando a diferença de outras épocas. O que se vê, de forma crescente, é o progressivo interesse nesse tema. Principalmente o que muda hoje em relação a períodos anteriores é a importância que vem adquirindo esse zelo pelos direitos humanos e direitos das mulheres. Apesar de estarmos nessa sociedade do século XXI, ainda temos dificuldades de manter a pauta dos direitos e fazê-la com que seja cumprida. Especificamente em relação às mulheres, a questão da violência se expressa muito como uma questão de desigualdade de gênero. É o resultado de conflitos, na grande maioria das vezes, entre a mulher e seu parceiro íntimo, seja no casamento formal ou no namoro. As relações afetivo-sexuais se encontram em conflito pelas mudanças que, nos últimos anos, tem transformado a identidade social

de homens e mulheres. Estamos em um período de muita mudança (e mudança rápida), tanto da introdução da mulher no mercado de trabalho, de forma mais aberta, mais freqüente, quanto da nova relação que é preciso ter entre esse mundo do trabalho e a esfera doméstica, tradicionalmente ocupada pela mulher. Todas essas transformações, que são econômicas e têm profundos impactos culturais, tensionam muito as identidades culturalmente tradicionais. Essa tensão é o que especificamente gera a violência contra a mulher adulta. O fato é que não há dúvida de que estamos em uma época de transição. O tema está sendo debatido, e as pesquisas e os grupos de intervenção têm aumentado muito. Acredito que podemos ter esperança no sentido de que estamos participando de um momento de melhoria da realização dos direitos.

IHU On-Line - Como os profissionais da medicina preventiva podem ajudar na compreensão e no combate à violência contra a mulher?

Lilia Schraiber - A medicina preventiva, sobretudo a brasileira, tem discutido e

levantado a bandeira da integralidade em saúde, o que não é uma novidade, pois ela vem praticamente com a criação do campo da saúde coletiva. A relação dos profissionais com a produção científica, mas também com o compromisso social de responder aos movimentos sociais em busca de melhores condições de vida, e em busca da realização dos direitos das mulheres e dos direitos humanos, são aspectos que sempre estiveram presentes na formulação e no desenvolvimento do campo da medicina preventiva. O importante é tentar fazer um movimento contracultural, pois nossa cultura é das desigualdades, no sentido de combatê-las.

IHU On-Line - Qual tipo de violência mais abala psicologicamente uma mulher?

Lilia Schraiber - É muito difícil de discriminar. A violência mais presente e mais difícil de ser estudada é aquela que chamamos de psicológica. Ela se constitui pelas ameaças, pelas restrições de liberdade, pela destruição de coisas queridas propositadamente, como matar ou agredir animais de estimação, ou usar as

crianças para fazer chantagens no sentido de obter certos comportamentos das mulheres. A violência física está mais ligada às agressões ao corpo físico, e a violência sexual está muito ligada ao sexo forçado e a práticas sexuais humilhantes e degradantes. Acontece que essas formas de violência existem, quase sempre, de forma conjugada. A violência psicológica é aquela que acontece mais isoladamente. As demais (física e sexual) estão bastante superpostas. Uma parte ponderável da violência psicológica também é superposta às demais, e geralmente são os aspectos mais graves da psicológica, como as ameaças efetivas, restrições de liberdade, cárcere privado etc. Então, dizer qual delas tem a maior repercussão psicológica é bastante complicado já que elas interagem muito entre si. E as falas das mulheres também apresentam uma diversidade nessa direção. Por exemplo, quando perguntadas sobre o que é violência para elas, a grande maioria responde que é a violência sexual por estranhos (estupro) ou a violência sexual por parte do parceiro. A noção de violência, que é uma percepção bastante grave e traz repercussões psicológicas, está bastante associada ao tipo sexual. Por outro lado, quando se faz grupos e se discute em entrevistas com as pessoas, elas também alegam que certos tipos de violência psicológica, como humilhação constante em público e a desqualificação perante os outros, permanentemente, são mais impactantes do que o tapa. Então, a repercussão psicológica é muito grande e eu creio que esteja associada a essas duas pontas: a violência sexual e a psicológica, quando ela é reiterada e desqualificante. Precisamos cuidar, pois chamamos tudo de violência, mas são situações muito diferentes entre si. Temos aquele caso de episódio único, mas muito marcante para a pessoa, que é o caso do estupro. Mas temos também o caso da humilhação, que aparentemente não teria muita importância, mas, como ele é repetitivo, reiterado, prolongado, constante, também traz grandes repercussões psicológicas. A ideação suicida e a tentativa de suicídio são constantemente associadas ao sofrer a violência. O efeito psicológico é muito grave.

IHU On-Line - O que deve fazer parte do preparo psicológico de um profis-

sional da medicina que atende uma mulher vítima de abuso sexual?

Lília Schraiber - Temos verificado que, embora os profissionais da medicina sejam “adestrados” para lidar com muito sofrimento, quando se deparam com um caso de violência, pela grande sensibilidade desse tema, que traz questões muito próprias da vida privada e íntima, aparentemente, eles têm mais dificuldades de fazer a escuta e tomar decisões. A escuta precisa ser aprimorada, e a perspectiva do que fazer ser melhor definida. A grande reclamação, sobretudo dos médicos, quando estão diante de casos de violência, é que a escuta sistemática de situações delicadas

**“Certos tipos de
violência psicológica,
como humilhação
constante em público e a
desqualificação perante
os outros,
permanentemente, são
mais impactantes do que
o tapa”**

também lhes causa desconforto psico-emocional. Então, é necessário dar um apoio para eles, que também sentem medo do agressor. Assim como a vítima tem medo, quem escuta a história também desenvolve esse sentimento. Muitas vezes, há um sentimento muito humano, mas que deve ser evitado, que é o da vingança, da revanche, e isso é muito delicado. O que fazer? Tem se discutido bastante que existem ações muito concretas ligadas, por exemplo, a abrigar a mulher em risco de morte, procurar auxílio da justiça, da família, de policiais (pois diante da violência, que é crime, a polícia precisa agir). No entanto, o profissional da saúde fica mais restrito a uma escuta qualificada

e à orientação da mulher, para que ela busque esses outros apoios, inclusive o psicológico para ela mesma.

IHU On-Line - Quais são os impactos da violência na saúde das mulheres?

Lília Schraiber - A literatura mostra muitos e diferentes impactos, o que causa estranheza para o campo, pois se tem a sensação de que não há muito o que fazer, já que são tantas coisas. Mas os principais impactos são os sofrimentos mentais, como a depressão e a ideação ou tentativa suicida. Esses são os exemplos mais dramáticos e graves do ponto de vista clínico. Entretanto, há também os impactos que estão na esfera física, como o desenvolvimento da síndrome do cólon irritado, o desenvolvimento de anginas, de asma, infecções do trato urinário, doenças sexualmente transmissíveis, e, no caso de gestantes, ocorre o baixo peso de recém-nascidos. Alguns estudos mostram repercussões na saúde das crianças, uma vez que as mães são as principais cuidadoras, e, se elas adoecem e têm dificuldades de cuidar de si, têm dificuldades de cuidar das crianças também. E as crianças que testemunham atos de violência possuem repercussões também em termos de sofrimento mental, que podem se manifestar com agressividade na escola, dificuldade de aprendizado, excesso de timidez, retorno a comportamentos já superados na socialização, como a perda de urina na cama. A literatura mostra diferentes tipos de repercussão da violência na saúde das pessoas.

IHU On-Line - Quais são os principais passos para prevenir a violência contra a mulher, principalmente no âmbito doméstico?

Lília Schraiber - É bastante delicado falar em medidas de prevenção na esfera das relações humanas. Da perspectiva das relações de gênero, a desigualdade das relações mostra uma maior autoridade conferida ao homem e um poder que o homem teria de controlar a mulher ou de exercer atos violentos contra a mulher. Isso é legitimado na sociedade de forma bastante alargada e implica em uma mudança cultural muito grande. Não há uma medida isolada que eu possa

sugerir, como no caso de uma doença, para a qual se pode propor uma vacina. Aqui se trata da necessidade de um movimento contracultural, através de campanhas, para tornar muito visível a violência, assim como a progressiva postura anti-violência de diversas líderes sociais. É preciso que todos se posicionem de forma clara. Não pode haver ambigüidade nessa questão. Os juízes, os professores em todos os níveis de escolarização, e os profissionais da saúde precisam se posicionar com firmeza e seriedade, porque a função pedagógica dessas pessoas é muito grande. A violência está em todos os cantos e é em todos os lugares e esferas da vida social que ela deve ser combatida.

IHU On-Line - Mas não há nada na postura da mulher dentro de casa que possa, nesse sentido, prevenir a violência contra ela?

Lilia Schraiber - Você quer que eu recomende: seja mais ativa e lute? O que se tem indicado muito é o pronto-reconhecimento do problema. Em função de que as mulheres estão nesse movimento cultural, com essa intromissão de um lugar determinado seu, elas, por vezes, não percebem que já estão numa teia de violência em formação. Diz-se, de forma geral, que há uma bola de neve na violência e que ela não necessariamente se inicia, de imediato, com uma tentativa de estrangulamento, uma queimadura ou o uso de uma arma de fogo. Mas que ela vem numa seqüência de comportamentos altamente controladores. Depois, aparece a violência psicológica, mais tarde ocorre alguma violência física, e isso vai crescendo. Muitas vezes, se a mulher tem reconhecimento de pronto que ela está entrando numa situação desse tipo, recomenda-se que ela, de imediato, busque apoio e orientação sobre o que fazer. Nesse caso inicial, uma tentativa é negociar, pelo diálogo, com o agressor. Essa é uma questão importante, que pode evitar uma situação mais grave. Mas há situações em que a violência se instala logo de forma mais dramática, como o uso de arma de fogo. E, nesse caso, a atitude mais rápida é buscar a polícia e uma solução mais radical e definitiva.

A desigualdade de gênero como constituinte das ações de violência

Martha Narvaz acredita que a lei Maria da Penha tem dificuldades de ser efetivada em função da cultura machista brasileira

POR GRAZIELA WOLFART

“S abemos pelas estatísticas que a maioria dos casos de femicídio ocorre justamente quando as mulheres estão tentando se separar.

O sujeito que se acha dono não aceita perder a sua escrava. Então ele vai atrás dela e a mata.” A declaração é da psicóloga e psicoterapeuta Martha Narvaz, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**, na qual falou sobre a necessidade de mudar o paradigma cultural de gênero na sociedade brasileira. Ao final de suas respostas, a professora da UFRGS constata: “Precisamos desconstruir os estereótipos de gênero”.

Martha Narvaz é especialista na área da violência doméstica, pela USP. Concluiu o mestrado em Psicologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2005, tendo defendido a dissertação de mestrado intitulada “Submissão e Resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina”. Atualmente, cursa doutorado em Psicologia na mesma universidade. Desenvolve atividades como psicoterapeuta, como professora e supervisora em Centros de Formação em Psicologia e Psicoterapia Familiar, como pesquisadora e assessora na capacitação da rede de saúde e de educação em projetos comunitários de atendimento e prevenção na área da violência, da sexualidade e das relações de poder e gênero. Militante feminista, atua na ONG Coletivo Feminino Plural de Porto Alegre e coordena o Núcleo de Relações de Gênero do Centro de Estudos Psicológicos de Meninos e Meninas da UFRGS. Coordena a Regional Sul do Observatório da Lei Maria da Penha e sua trajetória profissional vem se constituindo a partir do trabalho com famílias, mulheres e meninas vítimas de violência doméstica e de abuso e de exploração sexual. Eis a entrevista:



Divulgação

IHU On-Line - Como tem se desenvolvido o projeto de articulação e qualificação das universidades gaúchas para o enfrentamento das desigualdades de gênero e de todas as formas de violência contra as mulheres? Quais são as universidades participantes?

Martha Narvaz - O projeto vem acontecendo informalmente já alguns anos. Somos várias universidades, vários núcleos de estudos de gênero e várias pesquisadoras que não necessariamente têm núcleos estruturados em suas universidades e institutos, mas que já vêm trabalhando com essa temática há muito tempo. Essas pesquisadoras vêm da UFRGS, da PUCRS, da Faccat, de Taquara, da Ulbra, de Torres, do IPA, da Cátedra de Gênero, da Unisinos, da Universidade de Caxias, e outras universidades que estão se agregando a essa articulação. São pessoas que estavam, de alguma forma, um tanto isoladas em suas universidades e fazendo essas parcerias de forma mais pontual, não institucionalizada, mais informal. Então, a partir desses contatos, nós, do Núcleo de Psicologia e Estudos de Gênero da UFRGS, fizemos um convite chamando essas outras professoras e pesquisadoras para uma reunião, para iniciar essa articulação de forma mais institucionalizada. E essas reuniões têm acontecido quase que semanalmente desde o último dia 8 de março, envolvendo os núcleos de universidades e alguns outros parceiros, como o Grupo Hospitalar Conceição. O projeto tem um pouco mais de um mês, mas tem se desenvolvido. Nosso objetivo é que esses núcleos e essas pesquisadoras possam ter um espaço comum, compartilhado, para desenvolver pesquisas. Também queremos estender essa articulação para além das universidades, com os movimentos sociais, principalmente os movimentos feministas, que têm trabalho com essa questão de gênero e da violência contra as mulheres. Trata-se de uma articulação interdisciplinar, envolvendo profissionais da educação, da psicologia, da antropologia, da enfermagem, do direito. Entendemos que para o enfrentamento de todas as formas de violência é fundamental

a articulação de vários saberes.

IHU On-Line - Como a academia pode contribuir para a redução e o combate da violência contra as mulheres?

Martha Narvaz - É preciso falar de todas as formas de violência, não só da violência física, mas das violências simbólica, psicológica e discriminatória. As mulheres negras, indígenas, quilombolas, lésbicas e idosas sofrem discriminação, que também é uma forma de violência. É importante contemplar essas questões nos currículos das universidades, nas disciplinas, para que todos possam discutir essas questões. Outras iniciativas são a organização de encontros, seminários, debates nas universidades, no sentido de transversalizar por todos os currículos essas questões. É fundamental oportunizar para nossos alunos e alunas campos e locais de estágio, como, por exemplo, as delegacias da mulher e os centros de referência ao atendimento às mulheres, e também poder incluir essas questões da violência nas políticas de trabalho dos estágios da área da saúde, nos postos de saúde, nos programas de saúde da família, no trabalho dos psicólogos com a assistência social etc. A idéia é levar para dentro das universidades essa discussão para que os alunos e alunas possam ter conhecimento, possam ampliar a sua reflexão sobre esses tópicos e, além disso, serem instrumentalizados para estarem atuando contra a violência, senão fica algo desconectado da realidade.

IHU On-Line - Qual é a importância da Lei Maria da Penha? Ela tem con-

cretamente ajudado as mulheres vítimas de violência?

Martha Narvaz - A lei é fundamental porque ela vem dar visibilidade e trazer algumas especificidades novas na questão do enfrentamento da violência contra as mulheres. A lei é nova, tem dois anos apenas, mas existe um observatório que está fazendo um monitoramento da implantação dessa lei, do qual eu faço parte, que é constituído por todas as regiões do Brasil. Temos nos reunido e implantado algumas técnicas de investigação exatamente para avaliar o que a sua pergunta pede. Não temos ainda dados estruturados no âmbito nacional para poder realmente avaliar a efetividade da lei. O que se tem são alguns resultados parciais, de algumas regiões. Mas posso dizer que, no Brasil, temos uma legislação extremamente bem feita. Em termos de legislação, somos um país de Primeiro Mundo. No entanto, a efetivação e a concretização da lei passam pelos sujeitos, pelas pessoas. Sabemos que no Brasil ainda temos uma cultura muito sexista, machista, que ainda vê as mulheres vítimas de violência de forma preconceituosa, sem uma abordagem complexa e crítica. Os operadores da lei (advogados, juízes, servidores de delegacias e do ministério público), e todos os equipamentos envolvidos e utilizados, ainda têm uma dificuldade da efetivação da lei em função da cultura brasileira. Na medida em que a cultura ainda é machista, a lei tem resistência para ser integrada. O que acontece é que as pessoas ainda têm a visão de que as mulheres acabam voltando para seus companheiros, que

“Sabemos que no Brasil ainda temos uma cultura muito sexista, machista, que ainda vê as mulheres vítimas de violência de forma preconceituosa, sem uma abordagem complexa e crítica”

no fundo elas não querem separar, e aí surgem tentativas de mediar o conflito do casal, ou seja, de desvalorizar essa queixa da mulher. O imaginário social tem toda uma visão das mulheres como queixosas, como histéricas. Mas, apesar disso, com a Lei Maria da Penha, esses aspectos todos voltaram à discussão, estão na agenda.

IHU On-Line - A desigualdade social e cultural entre homens e mulheres contribui para a prática da violência contra a mulher?

Martha Narvaz - Com certeza. Ela não só contribui como é constituinte das ações de violência. O problema não são as desigualdades. Sabemos que homens e mulheres são diferentes, com algumas especificidades, que não passam só pelo corpo, pela genética, mas por uma gama ampla, complexa de jeitos que foram se construindo historicamente, como a forma de se colocar e perceber o mundo e no jeito de comunicar desejos e expectativas. Porém, é preciso lembrar que essas diferenças são transformadas em desigualdades, mas do ponto de vista de hierarquias, ou seja, o desigual passa não só a ser diferente. Ele se insere numa divisão entre um superior e um inferior, em uma leitura de hierarquia de gênero. Na hierarquia de gênero, fica pressuposto que existem alguns seres superiores e alguns inferiores. E isso, historicamente, condicionou as mulheres a ficarem no pódio da subordinação. É o que vai legitimar alguns sujeitos a abusar, explorar, oprimir e violar os direitos desses sujeitos ditos inferiores, o que fica muito evidente se pegarmos o escravagismo. Os negros e negras, na medida em que não eram vistos como humanos, po-

“O imaginário social tem toda uma visão das mulheres como queixosas, como histéricas”

“Ainda circulam na sociedade algumas idéias preconcebidas de que se a mulher apanhou é porque ela fez algo para merecer isso”

diam ser explorados, abusados, como animais. Essa é a mesma lógica que, de alguma maneira, vai aparecer no racismo e no caso de homens e mulheres no sexismo. Na medida em que se acha que alguns humanos são mais humanos do que outros, esses “menos humanos” podem ser oprimidos, e aí está a origem da violência. Cabe destacar que no âmbito da violência doméstica, conjugal, que se dá entre parceiros afetivos, o sujeito (em geral o sujeito masculino) se considera dono, proprietário da sua companhia, mulher, esposa ou namorada. Quando os “sujeitos coisificados”, que no caso são as mulheres, pretendem ter mais autonomia, sair de uma relação, ou trabalhar fora, ou estudar, ou pintar as unhas de vermelho, esses sujeitos que se acham donos, não gostando dessas tentativas de autonomia, praticam a violência física, as ameaças, e inclusive o assassinato. Sabemos, pelas estatísticas, que a maioria dos casos de femicídio ocorre justamente quando as mulheres estão tentando se separar. O sujeito que se acha dono não aceita perder a sua escrava. Então ele vai atrás dela e a mata.

IHU On-Line - As mulheres vítimas da violência costumam sofrer que tipo de preconceito na sociedade em que vivem?

Martha Narvaz - Infelizmente, isso realmente acontece, pois está disseminado na cultura. Elas sofrem uma série de formas de discriminação e uma das questões que dificulta muitas vezes a denúncia é a vergonha. Essas

mulheres têm vergonha de denunciar, porque ser uma mulher vítima de violência traz sentimentos de vergonha e de culpa. Ainda circulam na sociedade algumas idéias preconcebidas de que se a mulher apanhou é porque ela fez algo para merecer isso. Há ainda alguns preconceitos que circulam em piadas e discursos machistas, de que as mulheres gostam de apanhar e precisam apanhar para saber quem é o dono, quem é que manda na relação. Isso sem falar quando elas chegam nas delegacias (que não são delegacias da mulher) para fazer as suas queixas. São recebidas, em geral, por homens e acabam também compartilhando dessa visão machista. Elas são olhadas ou como coitadas ou como alguém que fez algo para merecer a violência, ou que elas estão querendo destruir a família por querer se separar, que elas deviam agüentar a pressão. Enfim, há uma série de preconceitos sobre essas mulheres. Muitas delas permanecem muitos anos na situação de violência porque têm medo da crítica e do julgamento social.

IHU On-Line - Que tipo de ação educativa pode ajudar no sentido de prevenção da violência contra a mulher?

Martha Narvaz - Esse é um ponto importante, um dos eixos que o projeto de articulação entre as universidades tem procurado trabalhar. A forma fundamental é incluir o debate na educação, desde o jardim da infância até o pós-doutorado, passando pela mídia, pelos livros educativos e pelos discursos na universidade. Precisamos desconstruir os estereótipos de gênero.

A cada 15 segundos, uma mulher sofre violência no Brasil

A promotora Stela Soares de Farias Cavalcanti fala sobre a violência doméstica e analisa a Lei Maria da Penha

POR GRAZIELA WOLFART

Especialista em Direito Constitucional e mestre em Direito Público, a promotora de Justiça de Alagoas, Stela Soares de Farias Cavalcanti, fala na entrevista a seguir, concedida por e-mail para a **IHU On-Line**, sobre as diferentes formas de violência contra a mulher. Ela traz dados estatísticos e afirma que “uma das principais causas da impunidade é o medo da desagregação familiar e a fragilidade do aparelho estatal na apuração e punição da violência doméstica”. Autora do livro *Violência doméstica: análise da Lei Maria da Penha* (2. ed. Salvador: Juspodivm, 2008), Stela considera que os tipos mais conhecidos da violência de gênero em todo o mundo são as violências praticadas em razão do preconceito e da discriminação de raça e sexo, bem como em razão das desigualdades socioeconômicas e culturais existentes entre homens e mulheres. Atualmente, Stela é pesquisadora voluntária da Universidade Federal de Alagoas, com o projeto “Violência doméstica contra a mulher em Maceió”. É membro do conselho editorial da Revista do Ministério Público do Estado de Alagoas e da Revista do Mestrado em Direito Ufal – Universidade Federal de Alagoas. Confira a entrevista:

IHU On-Line - Qual é a diferença entre violência contra a mulher, de gênero e doméstica?

Stela Cavalcanti - A violência contra a mulher geralmente se identifica com a violência doméstica, porém o conceito de violência contra a mulher é mais amplo e inclui, segundo consta no art. 1º. da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, “qualquer ato de violência baseado em sexo, que ocasione algum prejuízo ou sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, incluídas as ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrárias da liberdade que ocorram na vida pública ou privada”. Gênero deve ser entendido com um conjunto de normas, costumes e hábitos sociais que condicionam o comportamento dependendo do que se trate: homem ou mulher. É um ter-

mo proposto pelo movimento de mulheres em articulação com os conceitos de classe e raça/etnia, já que as desigualdades são ampliadas quando analisadas segundo estes três eixos. Os tipos mais conhecidos e estudados da violência de gênero em todo o mundo são as violências praticadas em razão do preconceito e da discriminação de raça e sexo, bem como em razão das desigualdades socioeconômicas e culturais existentes entre homens e mulheres. Já a violência doméstica e familiar é, segundo consta no art. 5º da Lei Maria da Penha, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial que ocorra no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

IHU On-Line - Quais são as estatísticas recentes sobre a violência doméstica no Brasil?

Stela Cavalcanti - Uma pesquisa realizada pelo DataSenado/2005 concluiu que, entre as vítimas da violência doméstica, 66% apontaram o marido ou companheiro como autor das agressões. Também foram mencionados parentes e pessoas que fazem parte do ambiente social da vítima. As agressões físicas são a principal forma de manifestação da violência doméstica no Brasil (54%), seguidas pela violência psicológica (24%), violência moral (14%) e sexual (7%). A violência doméstica contra a mulher não é um fenômeno isolado ou esporádico. Ela é praticada de forma continuada. Entre as vítimas entrevistadas, 50% afirmaram ter sofrido agressão quatro ou mais vezes. Outras 28% só admitem uma úni-

“Entre as vítimas da violência doméstica, 66% apontaram o marido ou companheiro como autor das agressões”

ca agressão, e 21% já foram agredidas duas ou três vezes. Do total das vítimas, 16% denunciaram a agressão em uma delegacia comum, enquanto 22% procuraram a delegacia da mulher. Para outras entrevistadas, 25,2% silenciar socialmente foi a decisão tomada, e 22,3% procuraram apenas a ajuda da família. Uma das principais causas da impunidade é o medo da desagregação familiar e a fragilidade do aparelho estatal na apuração e punição da violência doméstica. Os dados estatísticos demonstram que o receio das mulheres em denunciar as agressões ainda é grande e precisa ser combatido, já que é uma das melhores maneiras de interromper o processo de vitimização e combater a violência doméstica.

IHU On-Line - Quais são os mecanismos internacionais e nacionais de proteção às mulheres vítimas da violência doméstica?

Stela Cavalcanti - Desde meados da década de 1970, o movimento de mulheres tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, pelos ideais de direitos humanos, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis quanto nas práticas sociais. A ação organizada do movimento feminista foi decisiva para a especialização dos direitos humanos das mulheres. Nesse contexto, várias convenções e pactos de direitos humanos foram editados pelas ONU e OEA com o objetivo de compelir os países signatários a tomar medidas legislativas e administrativas de promoção da igualdade de gênero e combate à violência contra as mulheres. Como exemplo, temos a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (ratificada pelo Brasil em 1984) e a

Convenção de Belém do Pará (inserida no ordenamento jurídico brasileiro em 1995). No Brasil, o sistema de repressão e prevenção à violência doméstica é recente. Teve início em 1988, quando a Constituição Federal proclamou a igualdade entre homens e mulheres, no art. 5º, inciso I. O art. 226, parágrafo 8º da Constituição Federal também trata do tema, impondo ao Estado o dever de coibir a violência doméstica, quando diz que “o Estado assegurará assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Seguindo esta tendência mundial, foi publicada em 07/08/2006, a Lei “Maria da Penha”, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo as diretrizes básicas para conter o avanço deste fenômeno no Brasil.

IHU On-Line - Qual é a importância da Lei Maria da Penha? Houve diminuição da prática deste crime após a publicação da nova Lei?

Stela Cavalcanti - A Lei Maria da Penha apresenta uma estrutura adequada e específica para atender a complexidade do fenômeno da violência doméstica ao prever mecanismos de prevenção, assistência às vítimas, políticas públicas e punição mais rigorosa para os agressores. Foi criada com a finalidade de proporcionar um equilíbrio nas relações afetivas violentas, tendo em vista que as mulheres estão em situação de hipossuficiência e são as maiores vítimas nesses casos. É uma lei que tem mais o cunho educacional e de promoção de políticas públicas de assistência às vítimas do que a intenção de punir mais severamente os agressores dos

delitos domésticos, pois prevê, em vários dispositivos, medidas de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar, possibilitando uma assistência mais eficiente e a salvaguarda dos direitos humanos das vítimas. Uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Direitos Humanos da UFAL (Universidade Federal de Alagoas) com as delegadas que atuam na Delegacia da Mulher, em Maceió, constatou que houve um aumento das ocorrências, tendo em vista que havia uma demanda contida muito grande em razão do medo de denunciar e que, após a nova lei, as mulheres se sentiram mais seguras para procurar a delegacia e informar a prática da violência doméstica, principalmente em razão da possibilidade de o agressor ser preso em flagrante delito. A mesma pesquisa também constatou que houve diminuição da reincidência, o que constitui um grande avanço.

IHU On-Line - Em que sentido a violência contra a mulher pode ser considerada violação dos direitos humanos?

Stela Cavalcanti - A Convenção de Belém do Pará já havia afirmado que a violência doméstica constitui violação dos direitos humanos das mulheres, tendo em vista os graves problemas de saúde, físicos, morais, psicológicos, sexuais, reprodutivos e até a morte que as suas formas de manifestação podem acarretar às vítimas. O Estado de Pernambuco constatou, até agosto de 2006, 226 casos, sendo 60% considerados de “proximidade”, ou seja, o agressor era conhecido da vítima, seu parente, marido ou companheiro. A Lei Maria da Penha foi a primeira legislação brasileira a reconhecer a violência doméstica como violação dos direitos humanos, no art. 6º, e não poderia ser diferente, em razão dos altos índices de ocorrência deste crime no Brasil, um a cada 15 segundos.

IHU On-Line - O que ainda é preciso ser feito para conter o avanço deste fenômeno no Brasil?

Stela Cavalcanti - É necessário que a Lei Maria da Penha seja aplicada em todos os seus termos em benefício das vítimas. Também é necessária a criação, em todos os Estados da Fe-

**“A violência doméstica
contra a mulher não é um
fenômeno isolado ou
esporádico. Ela é
praticada de forma
continuada”**

deração, de juizados especializados em violência doméstica e familiar, dotados de toda a estrutura necessária a proporcionar apoio psicológico, assistencial e jurídico às mulheres. Além disso, vejo que é fundamental a criação de políticas públicas de gênero que possibilitem um atendimento completo às vítimas, seus familiares e agressores, através do encaminhamento a programas sociais com prioridade, atendimento médico, psicosocial etc.

IHU On-Line - Como a senhora avalia as políticas públicas relacionadas à violência contra a mulher no Brasil? As brasileiras podem contar com o apoio do Estado?

Stela Cavalcanti - A publicação da Lei Maria da Penha constituiu um grande avanço no combate à violência doméstica no Brasil, já que ela estabeleceu medidas de proteção em favor das vítimas e contra os agressores, bem como a necessidade da criação de Juizados especializados em violência doméstica e familiar, com estrutura necessária à promoção da igualdade de gênero e salvaguarda das vítimas. Além disso, o governo federal e algumas ONGs têm divulgado campanhas educativas apresentando os elevados índices da violência doméstica no Brasil, suas formas de manifestação, os mecanismos de proteção constantes na Lei Maria da Penha e algumas sugestões de como conter o avanço deste fenômeno.

**“A melhor fonte de cultivo para a
violência é a diferenciação, a
assimetria, a desigualdade e
a dominação”**

Para Lupicínio Iñiguez, as sociedades contemporâneas são patriarcais e machistas em sua maioria

POR GRAZIELA WOLFART

No sentido de contextualizar e tentar entender as origens da violência contra as mulheres, a IHU On-Line entrevistou, por e-mail, o professor Lupicínio Iñiguez, da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), sobre as relações de gênero, de forma mais geral. Em suas respostas, ele declara: “Não participo

desse otimismo tão presente hoje em dia que acredita que a dominação e a exclusão relacionada ao gênero já desapareceram ou quase como tampouco compartilho a idéia de que as políticas de igualdade de gênero têm sido sempre bem-sucedidas”. Para ele, “os meios de comunicação e a mídia em geral contribuem para a legitimação e consolidação das relações de dominação”. Lupicínio Iñiguez Rueda é doutor em Filosofia e Letras (Psicologia), pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). É catedrático de Psicologia Social na faculdade de Psicologia do Departamento de Psicologia da Saúde e de Psicologia Social da UAB. Coordenador do Programa de Doutorado em Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona, é também editor da revista *ATENEA Digital. Revista de pensamiento e investigación social*. Nesta semana, Lupicínio Iñiguez estará participando do 2º Seminário Internacional Rotas críticas – Mulheres enfrentando as violências, no dia 24 de abril, com a palestra “A importância da perspectiva discursiva para os estudos de gênero”. Também participou do evento “Conversando com Lupicínio”, no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, realizado no dia 22 de abril de 2008.



Divulgação

IHU On-Line - Como se constrói o discurso sobre as relações de gênero atualmente?

Lupicínio Iñiguez - Não tenho um conhecimento adequado e suficiente do cenário latino-americano, mas tenho a impressão de que muitos processos sociais têm algumas características bastante similares em diferentes lugares do mundo. É provavelmente o caso das relações de gênero. Estas se caracterizam pela assimetria, pela desigualdade e, com muita frequência, pela dominação dos homens frente às mulheres. Os discursos sobre as relações de gênero se constroem, efetivamente, a partir das práticas específicas que, por sua vez, estão influenciadas pelo discurso que se gera coletivamente.

IHU On-Line - Como o senhor descreve o pensamento da sociedade atual sobre as relações de gênero? Ainda vivemos em uma sociedade patriarcal e machista?

Lupicínio Iñiguez - “Sociedade atual” é um termo bastante amplo, pois existem, sem dúvida, muitas “atualidades” diferentes e muitas sociedades distintas que convivem em um mesmo momento. Não se pode dizer, então, qual é o “pensamento atual” da sociedade, senão como um tópico comum em nossa fala cotidiana. Se fizermos abstração desta dificuldade, eu diria que as sociedades contemporâneas, de maneira muito geral, e, apesar de algumas importantes transformações que se tem operado nas últimas décadas, são patriarcais e machistas em sua maioria. Não participo desse otimismo tão presente hoje em dia que acredita que a dominação e a exclusão relacionada ao gênero já desapareceram ou quase, como também pouco compartilho a idéia de que as políticas de igualdade de gênero têm sido sempre bem-sucedidas.

IHU On-Line - Como a psicologia social ajuda a compreender as relações de gênero contemporâneas?

Lupicínio Iñiguez - Não existe uma única “Psicologia Social”, pois são múltiplas as orientações teórico-me-

todológicas que convivem em seu interior. Creio, no entanto, que não é errado afirmar que as diferentes psicologias sociais contribuem para a explicação e compreensão de distintos processos intimamente ligados ou implicados nas relações de gênero, como a identidade pessoal e social, a dinâmica dos grupos, os estereótipos e preconceitos, as relações interpessoais, as formas de pensamento social, e, inclusive, as representações

“A melhor fonte de cultivo para a violência é a diferenciação, a assimetria, a desigualdade e a dominação. Todas são características que podemos encontrar nas relações de gênero”

sois e os imaginários coletivos, as relações de poder etc. Em todos esses âmbitos, a investigação ou as práticas de investigação/ação oferecem elementos que permitem uma melhor compreensão das relações de gênero. Creio, no entanto, que a contribuição atual mais notável das ciências sociais em geral, e da psicologia social em particular, tem a ver com a problematização da própria idéia de gênero e com as possibilidades de desconstrução de categorias preestabelecidas de gênero (homem-mulher).

IHU On-Line - Como a imprensa e a mídia em geral mostram e constroem as relações de gênero e o papel de homens e mulheres na sociedade?

Lupicínio Iñiguez - A mídia é o espelho do que acontece e, ao mesmo tempo, oferece elementos cruciais na constituição das práticas sociais. Trata-se, na minha opinião, de uma relação de influência mútua, na qual a mídia se manifesta por meio de interlocutores privilegiados na arena social e a sociedade se converte na matéria-prima mais importante. Neste sentido, creio que a mídia mostra e constrói, ao mesmo tempo, as relações de gênero. Como não sou especialista em comunicação social, não tenho uma opinião formada sobre isso, mas tendo a pensar que os meios de comunicação e a mídia em geral contribuem para a legitimação e consolidação das relações de dominação.

IHU On-Line - E, nos ambientes de trabalho, como o senhor caracteriza as relações de gênero?

Lupicínio Iñiguez - Desconheço a situação no Brasil, mas intuo que não seja muito diferente da espanhola. As relações de gênero no trabalho se caracterizam por ser, junto com as que poderíamos chamar domésticas, claramente discriminatórias. Tanto as condições de carreira profissional quanto as condições laborais e salariais são manifestamente piores no caso das mulheres e, aqui, os dados sobre trajetórias profissionais, sobre a conciliação da vida pessoal e laboral ou sobre os salários são uma prova evidente disso.

IHU On-Line - As diferenças sociais e culturais entre homens e mulheres podem contribuir para a violência em todos seus aspectos (violência física e psicológica)?

Lupicínio Iñiguez - Sem dúvida. A melhor fonte de cultivo para a violência é a diferenciação, a assimetria, a desigualdade e a dominação. Todas são características que podemos encontrar nas relações de gênero.

“Não basta o socorro físico. É preciso atuar nas causas da violência”

Na opinião de Romeu Gomes, é importante não reduzir as pessoas à condição de vítima, para que sejam sujeitos de suas ações

POR GRAZIELA WOLFART

Sobre o perfil da mulher agredida, o professor e pesquisador Romeu Gomes, da Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, declara que “a violência física aparece com maior visibilidade em alguns estudos com classes populares”. Entretanto, continua, “é bom não descartar a possibilidade de haver mulheres com alto poder aquisitivo que se sujeitam às violências a elas impostas ou que não conseguem defender os seus direitos”. Gomes fez essas e outras declarações na entrevista que segue, concedida por e-mail para a **IHU On-Line**. Romeu Gomes possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), sendo licenciado em Sociologia e Psicologia pelo Ministério da Educação. Possui mestrado em Educação, pela Universidade Federal Fluminense, livre docência em Psicologia, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e doutorado em Saúde Pública, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atualmente, é professor do Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz, sendo responsável pelas disciplinas de Antropologia e Saúde e Pesquisa Qualitativa em Saúde. Confira a entrevista:

IHU On-Line - Em que circunstâncias a violência contra a mulher é mais freqüente? Essas ações são consequências de uma sociedade patriarcal? Como explicar essas atitudes?

Romeu Gomes - Apesar de ocorrerem várias mudanças sociais, as relações estabelecidas entre homens e mulheres ainda podem sofrer influência de uma mentalidade patriarcal, que vê a mulher como alguém que deve ser subordinada ao homem. O fato de haver maior ou menor influência dessa mentalidade vai depender da situação ou do contexto em que ocorrem as relações entre homens-mulheres. A violência contra a mulher é mais freqüente em situações em que a mulher se sente mais fragilizada. Isso pode ocorrer quando ela se encontra eco-

nomicamente ou psicologicamente em desvantagem em relação ao homem e quando não possui uma rede de apoio.

IHU On-Line - Percebe-se alguma característica comum entre as vítimas de violência, como idade, classe social, escolaridade?

Romeu Gomes - Em termos nacionais ou regionais não dá para generalizar características comuns nos casos de violência contra a mulher. Faltam grandes estudos para que se possa seguramente estabelecer conclusões sobre isso. A violência física, por exemplo, aparece com maior visibilidade em alguns estudos com classes populares. No entanto, isso não pode ser generalizado porque não se tem dados

sobre as classes economicamente superiores. Nas classes mais privilegiadas, pode haver violência física, mas não se tem essa informação porque as mulheres dessas classes — quando são agredidas — não costumam ir às delegacias de polícia para denunciar seus agressores, nem costumam ser atendidas em hospitais públicos. Elas utilizam outras formas e outros espaços para enfrentar a violência, ou às vezes são alvos de outros tipos de violência, sem ser agressões físicas. Entretanto, é bom não descartar a possibilidade de haver mulheres com alto poder aquisitivo que se sujeitam às violências a elas impostas ou que não conseguem defender os seus direitos.

IHU On-Line - No Brasil, a questão da

violência contra mulheres já é percebida como um caso de saúde pública? Que políticas são fundamentais para expandir os tratamentos?

Romeu Gomes - Atualmente, a violência contra a mulher já está na agenda da saúde pública. Já existem políticas de saúde que vêm dando base para que ações sejam desenvolvidas no enfrentamento da violência contra a mulher, tanto no nível da prevenção quanto no âmbito da intervenção. Várias são as ações que devem ser desenvolvidas para que as políticas consigam ter êxito. Uma delas se refere à capacitação do profissional de saúde para lidar com esses casos, uma vez que nem sempre a sua formação o prepara para isso.

IHU On-Line - O atendimento emergencial realizado em hospitais, por exemplo, pode auxiliar as vítimas de agressão? Como a Saúde Coletiva, com as práticas de cuidado e cuidador, pode contribuir para o tratamento das vítimas?

Romeu Gomes - Em primeiro lugar, é importante que, além do atendimento emergencial, seja dada uma atenção mais global às pessoas que sofrem violência. Não basta o socorro físico. É preciso que a área da saúde — em parceria com outras áreas — consiga encaminhar ações que atuem nas causas para que as pessoas não permaneçam sofrendo violência. Também é importante não reduzir as pessoas à condição de vítima, sejam mulheres ou homens. Ações de empoderamento para fazer com que as pessoas sejam sujeitos de suas ações devem ser desenvolvidas.

IHU On-Line - Num de seus estudos, o senhor diz que, do total de mulheres atendidas em hospitais municipais do Rio de Janeiro, a maioria referiu como agressor o companheiro. Como explicar essas atitudes dentro do conjunto familiar? Por que a violência doméstica ganha destaque na sociedade brasileira?

Romeu Gomes - Inicialmente, observo que esse dado não se refere ao total de mulheres atendidas nos hospitais municipais estudados. O estudo foi

realizado em dois hospitais municipais do Rio de Janeiro, durante dois meses no ano de 1996. Nesse período, foram atendidas 72 mulheres que foram vítimas de violência doméstica. Dessas, a maioria referiu como agressor o esposo/companheiro/namorado (69,4%). Esse dado não é atual, mas hoje há vários estudos que confirmam esse fato. Uma das hipóteses explicativas para isso é que no âmbito familiar

“No âmbito familiar, as relações entre homens e mulheres são reproduzidas e produzidas a partir de modelos culturais de gênero em que se considera que a mulher deve se subordinar ao homem”

as relações entre homens e mulheres são reproduzidas e produzidas a partir de modelos culturais de gênero em que se considera que a mulher deve se subordinar ao homem. Quando essa subordinação não acontece, o homem influenciado pelo senso comum de que é ele quem manda pode lançar mão de atitudes violentas para fazer valer o seu poder sobre a mulher. A violência doméstica não ganha destaque apenas na sociedade brasileira. Ela ocorre em vários países, independente do grau de desenvolvimento.

IHU On-Line - Por que o sexo feminino é mais suscetível a agressões violentas? Essas atitudes estão relacionadas à idéia do “sexo frágil”?

Romeu Gomes - No senso comum, ainda há a idéia de que as mulheres devem ser submissas aos homens e, quando os homens são influenciados por essa idéia, eles costumam lançar mão da violência para exercer o seu poder ou frente à ameaça de serem vistos como não homens por não exibirem poder sobre as mulheres. Isso acontece não porque a mulher naturalmente é mais frágil do que o homem, mas porque existem ideologias que vêem a mulher como inferior ao homem.

IHU On-Line - Mulheres vítimas de violência internalizam e reproduzem a agressão de alguma maneira?

Romeu Gomes - Em geral, os homens e as mulheres costumam internalizar e reproduzir modelos de masculinidade e de feminilidade para serem socialmente aceitos em suas culturas. Se o modelo predominante for aquele que associa o masculino ao poder e o feminino à submissão, tanto o homem quanto a mulher poderão exercer esses papéis para serem tidos como homem ou como mulher. Assim, poderá haver uma internalização e reprodução da violência pelos gêneros.

IHU On-Line - Como o senhor avalia a atuação das mulheres perante as agressões? O medo ainda é um sentimento presente na hora de denunciar o agressor?

Romeu Gomes - Como já foi dito, nem sempre a mulher se encontra em condição de denunciar. Se ela foi socializada no sentido de depender do homem, o medo de romper com essa dependência poderá ocorrer. São vários medos. Medo de a denúncia trazer consequências mais violentas; medo de não conseguir sobreviver sem o seu parceiro; medo de não conseguir outro parceiro; medo de iniciar outro relacionamento que poderá também ser violento. Por outro lado, a opressão pode ser tão grande que não sobre espaço para a denúncia.



IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Brasil em Foco

O último baluarte da ortodoxia no governo Lula é o Banco Central

José Luís Oreiro comenta o possível impacto da crise norte-americana no Brasil, e diz que o país só será afetado se a desaceleração da economia chinesa for intensa

POR PATRICIA FACHIN

“O último baluarte da ortodoxia neste governo é o Banco Central. O regime de metas de inflação brasileiro precisa ganhar um contorno mais heterodoxo urgentemente, para não matarmos o crescimento econômico”, constata José Luís Oreiro. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o economista pós-keynesiano critica as metas econômicas do governo brasileiro e sugere um modelo com “metas de câmbio, política monetária discricionária à la Fed (ou seja sem um compromisso explícito com uma meta numérica de inflação) e política fiscal contra-cíclica”.

Oreiro é doutor em Economia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e, atualmente, diretor do Centro de Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR).



Divulgação

IHU On-Line - Como o senhor percebe o empréstimo concedido pelo Fed ao banco JPMorgan, que comprou o Bear Stearns, aceitando como garantia títulos chamados de “lixo tóxico”, vinculados a hipotecas, e levando em consideração a atual crise no mercado imobiliário?

José Luís Oreiro - O Fed está apenas cumprindo a sua função básica de “emprestador de última instância” e de garantidor da solvência do sistema financeiro. Devemos ter bem claro que os mercados financeiros não são como os demais mercados da economia como, por exemplo, o mercado de automóveis ou de eletrodomésticos. O grande “insumo” utilizado pelas empresas do setor financeiro é a “informação” e nesses mercados a “informação assimétrica” é muito forte. Isso significa que coisas como

“contágio”, “comportamento de manada”, “profecias auto-realizáveis” são particularmente relevantes nesses mercados. Dessa forma, ao “salvar” um banco em dificuldades, o Fed não está simplesmente impedindo que “especuladores azarados” paguem pelas suas apostas arriscadas. O Fed está impedindo que problemas localizados se transformem numa crise sistêmica cujas consequências seriam catastróficas para a “economia real”. Se o passado é um bom guia para o futuro, o histórico de crises financeiras como a de 1929 mostra que uma crise desse tipo pode gerar uma contração de 10% do PIB. No caso dos Estados Unidos, isso é equivalente a 1,5 trilhão de dólares. Alguns bilhões gastos para se salvar um banco em dificuldades podem ser, na verdade, a medida mais inteligente para se evitar gastar

centenas de vezes mais no futuro com uma crise sistêmica.

IHU On-Line - Até que ponto o Fed e o governo devem subsidiar esses bancos? Por que o Estado americano tenta salvar essas instituições, mesmo elas apresentando um quadro de falência? O Estado deve defender um socorro público em larga escala para todos os bancos com problemas?

José Luís Oreiro - O fundamental é impedir a crise sistêmica. Se para isso for necessário salvar uma dezena de bancos em dificuldades, então que assim seja. Eu acho uma irresponsabilidade muito grande criticar os programas de socorro aos bancos em momentos como o que estamos vivendo com base em argumentos como “isso é uma socialização de prejuízos”. Na

verdade, a sociedade deve pensar esses programas de socorro aos bancos em dificuldades como um seguro contra crises sistêmicas. É o mesmo princípio do seguro de automóveis.

Para que eu faço um seguro? Para no caso em que meu carro seja roubado, eu não tenha um prejuízo igual ao valor integral do carro. Assim, estou disposto a pagar um certo percentual do valor do carro por ano para me proteger dessa possibilidade. O mesmo ocorre com os programas de socorro aos bancos. A sociedade utiliza uma parte dos recursos tributários para “salvar os bancos” e assim se precaver contra uma crise sistêmica, cujo custo é astronômico.

IHU On-Line - Paul Davidson, economista keynesiano, diz que, atualmente, a atitude do Fed é a melhor alternativa para salvar o sistema do colapso. Para ele, o empréstimo conferido pelo Banco Central americano não está salvando uma única instituição, mas sim mercados financeiros. Segundo ele, se os bancos falirem, pessoas inocentes também vão sair perdendo. O senhor também concorda com essa posição?

José Luís Oreiro - Inteiramente. Esse é o ponto fundamental. Quando uma fábrica de automóveis vai à falência, perdem os donos da empresa, os trabalhadores e o governo (com a redução da arrecadação de impostos). Mas a falência de uma fábrica, em geral, não leva as demais a quebrar. Pelo contrário, dependendo do “espaço” deixado pela fábrica que quebrou, as restantes podem até mesmo aumentar a produção, contratar mais trabalhadores e lucrar mais. Não é o que acontece nos mercados financeiros. Quando um banco quebra, ocorre um abalo na confiança dos depositantes de outros bancos sobre a situação financeira dessas instituições. Isso pode gerar uma corrida dos depositantes para sacar os seus depósitos. Assim, uma crise localizada pode se tornar uma crise sistêmica, paralisando o sistema financeiro, produzindo a “evaporação do crédito” e resultando numa queda drástica do nível de atividade econômica.

IHU On-Line - Considerando os ensinamentos de Keynes, que mudanças são necessárias para regular o mercado internacional e desenhar uma economia que proporcione mais empregos para a sociedade?

José Luís Oreiro - Precisamos de mercados financeiros mais regulados. Devemos dispor de instrumentos capazes de impedir uma expansão excessiva do crédito direcionada para a compra de ativos, cuja oferta é relativamente inelástica como imóveis e ações. Uma proposta nesse sentido

“Quando um banco quebra, ocorre um abalo na confiança dos depositores de outros bancos sobre a situação financeira dessas instituições. Isso pode gerar uma corrida dos depositantes para sacar os seus depósitos”

foi dada por um economista pós-keynesiano chamado Thomas Palley. Ele propôs, em 2006, a instituição de um requerimento de depósitos com base nos ativos do sistema bancário. A idéia é estender o depósito compulsório para todos os ativos dos bancos. Assim, ao invés de recolher apenas um percentual fixo sobre os depósitos a vista, os bancos deveriam recolher ao Banco Central um certo percentual sobre cada um dos ativos que possuem no seu portfólio. Dessa forma, se o Banco Central quisesse desestimular o crédito imobiliário, por exemplo, ele

precisaria apenas aumentar a alíquota do compulsório sobre todos os ativos lastreados em operações no mercado imobiliário. Isso teria o mesmo efeito que um imposto sobre essas operações, devendo desestimular as mesmas.

IHU On-Line - Para o senhor, a crise econômica internacional pode afetar o Brasil? O país está preparado para enfrentar essa situação?

José Luís Oreiro - Tudo vai depender do ritmo de desaceleração do crescimento da economia mundial, particularmente da China. Se a desaceleração da economia chinesa for forte, então o preço das commodities no mercado internacional vai despencar, fazendo com que o saldo da balança comercial se evapore. Nesse caso, o Brasil poderia se defrontar novamente com um déficit em conta corrente de 3 a 4% do PIB. A experiência brasileira mostra claramente que déficits em conta corrente dessa magnitude não podem ser sustentados por muito tempo. Assim sendo, estaríamos caminhando rapidamente para uma crise cambial, expressa por uma depreciação rápida e violenta da taxa nominal de câmbio, o que obrigaria o Banco Central a aumentar a taxa de juros para níveis bastante elevados, causando uma desaceleração brutal do crescimento econômico e o aumento da dívida pública.

IHU On-Line - O senhor concorda com a idéia de que o governo atual apresenta uma política econômica de duas faces: política fiscal desenvolvimentista e política de juros que visa apenas manter o controle da inflação?

José Luís Oreiro - Concordo que o último baluarte da ortodoxia neste governo é o Banco Central. O regime de metas de inflação brasileiro precisa ganhar um contorno mais heterodoxo urgentemente, para não matarmos o crescimento econômico.

IHU On-Line - Qual é a sua proposta para o tripé superávit fiscal, câmbio flutuante e sistema de metas de inflação?

José Luís Oreiro - Precisamos ter clareza de que não é possível derrubar o tripé da noite para o dia. A transição

“O último baluarte da ortodoxia neste governo é o Banco Central”

para um novo modelo macroeconômico deve ser gradual e deve ser precedida de certas pré-condições. O meu modelo macroeconômico ideal seria um modelo com metas de câmbio, política monetária discricionária à la Fed (ou seja sem um compromisso explícito com uma meta numérica de inflação) e política fiscal contra-cíclica. Mas eu não tenho dúvida de que se trata de um objetivo de médio a longo prazo. No momento, o que podemos fazer é flexibilizar o tripé. Primeiramente, é necessária uma flexibilização do regime de metas de inflação. Essa flexibilização envolve adoção do *core inflation*, aumento do prazo de convergência de 12 para 24 meses e o reconhecimento de que 4,5% é o centro da banda de inflação, não o seu teto. Essa flexibilização permitiria, mesmo nas condições atuais, a continuidade da queda da Selic.

Um outro problema gravíssimo é o câmbio. A taxa de câmbio encontra-se fortemente valorizada, o que terá impacto de médio e longo prazo sobre o saldo em conta corrente e o crescimento da economia brasileira. Precisamos corrigir esse desalinhamento. Aqui nos defrontamos com dois grandes problemas. O primeiro problema é que no marco atual de abertura da conta de capitais o Banco Central não pode controlar câmbio e juros ao mesmo tempo. Ou controla os juros e deixa o mercado determinar o câmbio, ou controla o câmbio e deixa o mercado determinar a taxa de juros. Assim, para corrigir o desalinhamento cambial sem jogar fora, num primeiro momento, o regime de metas de inflação, o Brasil precisa adotar controles de capitais, tanto na entrada como na saída. O segundo problema é que a desvalorização do câmbio tem efeitos inflacionários. Para mitigá-los, será preciso, num primeiro momento, aumentar o

esforço fiscal. Em outras palavras, na transição para o novo regime, o governo seria obrigado a aumentar a meta de superávit primário, digamos, para 5% do PIB. Para que isso não seja obtido por intermédio de uma redução do investimento público, é necessário que a economia adicional venha de

“O regime de metas de inflação brasileiro precisa ganhar um contorno mais heterodoxo urgentemente, para não matarmos o crescimento econômico”

uma redução no ritmo de expansão dos gastos de conta corrente do governo. Minha proposta é que se crie uma meta de expansão dos gastos de consumo corrente, e se responsabilize o Ministro da Fazenda pela sua obtenção. Uma proposta concreta nesse sentido seria uma meta de expansão nominal igual à meta de inflação definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Assim, quando a inflação superar a meta, o governo será obrigado a efetuar uma política fiscal contracionista, pois o PIB nominal vai crescer mais do que

os gastos de consumo corrente. Seria uma forma de coordenar a política fiscal e monetária no sentido de gerar um crescimento sustentado com estabilidade de preços.

IHU On-Line - Em que o senhor se sustenta ao comentar que o Brasil tem o sistema de metas mais conservador e intolerante do mundo? Qual sua proposta para mudar esse quadro?

José Luís Oreiro - A experiência internacional com o Regime de Metas de Inflação mostra que vários países têm um regime mais flexível que o brasileiro. Por exemplo, vários países adotam *core inflation*, ao passo que o Brasil adota índice cheio. Também existem vários casos de países nos quais a convergência para a meta de inflação é definida para 18 ou 24 meses, ao passo que no Brasil é definida com base no ano calendário. Isso reduz muito a flexibilidade do Banco Central em responder a choques. Num artigo que elaborei com o Marcos Rocha, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), mostramos que regimes de metas de inflação mais rígidos estão associados com um crescimento menor da economia no longo-prazo. Assim, um regime mais flexível deve levar a um crescimento maior. Minha proposta foi elaborada em conjunto com o Prof. Luiz Fernando de Paula, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e com o Gabriel Squeff, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Achamos que o Brasil deve adotar um regime de metas de inflação mais flexível com base no *core inflation*, prazo de convergência de 24 meses, metas de inflação ajustável com base no cenário internacional etc. Nossa proposta foi apresentada recentemente num seminário na Universidade de Oxford e em breve estará disponível para o grande público.

Teologia Pública

Anticoncepcionais e Igreja: Humanae Vitae, 40 anos depois

Para o teólogo Márcio Fabri dos Anjos, a encíclica de Paulo VI ainda é a referência principal da Igreja quando o assunto é fecundidade

POR GRAZIELA WOLFART

Márcio Fabri dos Anjos, doutor em Teologia, é docente e pesquisador do programa de pós-graduação em Bioética do Centro Universitário São Camilo, de São Paulo, e membro da Câmara Técnica de Bioética do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Em entrevista concedida por e-mail para a IHU On-Line, ele analisa a questão da contracepção para a igreja católica, a partir do 40º aniversário da encíclica Humanae Vitae, celebrado este ano. A Humanae Vitae (em português “Da vida humana”) foi escrita pelo Papa Paulo VI (nascido em 1897, foi Papa da Igreja Católica de junho de 1963 até sua morte, em agosto de 1978, e comandou a Igreja durante a maior parte do Concílio Vaticano II, sendo decisivo na colocação em prática das suas decisões) e publicada em 25 de julho de 1968. Inclui o subtítulo “sobre a regulação da natalidade”, que descreve a postura da Igreja Católica em relação à pílula anticoncepcional e outras medidas que se relacionam com a vida sexual humana. Confira outra entrevista com Márcio Fabri dos Anjos, intitulada “Um diálogo entre a fé e a ciência para melhor compreender a morte”, publicada na IHU On-Line número 162, de 31-10-2005. Eis a entrevista.

IHU On-Line - 40 anos depois do seu lançamento, o que faz da Humanae Vitae um documento ainda atual? O senhor acredita na necessidade de uma revisão desta Encíclica?

Márcio Fabri dos Anjos - A fecundidade e seu desempenho ético são questões para a vida humana em sociedade e para os próprios indivíduos. A Igreja participa neste assunto com as reflexões e orientações desta Encíclica. Outros documentos da Igreja já apareceram depois deste, especialmente a Familiaris Consortio¹ e Veritatis Splendor.² Mas a Encíclica Humanae Vitae,

de 1968, continua sendo a referência principal e ficou marcada por sua posição restritiva aos anticoncepcionais. Ela foi cercada de polêmicas desde o início, mas conserva a atualidade enquanto que os anticoncepcionais são um tema atual. A Encíclica continua sendo uma expressão da posição oficial da Igreja Católica sobre o assunto. Muita coisa tem mudado nestas últimas décadas, daí ser uma necessidade renovar a reflexão e a palavra que acompanham este tema. A Encíclica é um instrumento que trouxe uma contribuição para o seu tempo. Uma revisão hoje não significaria refazer este documento, mas tomar suas questões de fundo com o novo contexto em que

Igreja Católica sobre a condição do homem perante o bem e o mal e sobre o papel da Igreja na educação moral. A encíclica foi promulgada em 6 de agosto de 1993. (Nota da IHU On-Line)

se situam, e com os dados da consciência crítica que também cresceu durante este tempo. É preciso manter o foco que a própria Encíclica teve no seu contexto: meditar e transmitir uma palavra de Deus num assunto tão importante como a fecundidade humana e a responsabilidade ética em seu desempenho.

IHU On-Line - Em que sentido a Encíclica Humanae Vitae contribui para a reflexão sobre a contracepção sob o ponto de vista da Igreja? O senhor a considera inovadora ou conservadora?

Márcio Fabri dos Anjos - A Encíclica foi polemizada, e por isto mesmo provocou reflexão. Ela se colocou diante do avanço tecnológico que representaram os anticoncepcionais hormonais, lançados no mercado em 1962. Mas, bem

1 Familiaris Consortio é uma Exortação Apostólica, do Papa João Paulo II, de 22 de novembro de 1981, “sobre a função da família cristã no mundo de hoje”. (Nota da IHU On-Line)

2 Veritatis Splendor (em português “O esplendor da verdade”) é uma Encíclica do Papa João Paulo II. Este documento expressa a posição da

mais do que isto, estava subjacente uma pergunta que iria crescer: como lidar eticamente com as tecnologias tão próximas da fecundidade humana? Sem entrar no mérito de seus argumentos, a Encíclica representou um gesto de coragem ao enfrentar a mentalidade consumista, que passava muito rapidamente do poder técnico para o poder ético e tomava as tecnologias como simples bens de consumo, recusando qualquer interrogação ética sobre seu uso. A Encíclica veio como que na contramão desse entusiasmo. Levantou, entre outras, a pergunta sobre o respeito devido aos processos biológicos encontrados na natureza e sobre os limites da autonomia humana, como ir além da subjetividade, quebrar o encanto do fechamento em si mesmo para formar juízos morais. Os argumentos da Encíclica para mostrar isto foram em parte contestados, mas provocaram tensas e intensas reflexões na teologia católica. Mas, de modo geral, a Encíclica teve o mérito de plantar a suspeita sobre a passagem rápida do poder técnico para o poder ético.

IHU On-Line - Quatro décadas depois da publicação da *Humanae Vitae*, em que se avançou na Igreja e na sociedade em relação ao debate sobre a contracepção humana?

Márcio Fabri dos Anjos - Os avanços podem ser pensados em muitas direções, mas todos eles me parecem abrigados na grande transformação cultural destas últimas décadas. Muda-se radicalmente a forma de estarmos no mundo e em sociedade, a forma de compreender, de fazer, de relacionar. A contracepção ganha, assim, outros contornos com inúmeras interfaces da pluralidade social e ética. A sociedade, de modo geral, lhe dá um enfoque bem mais pragmático, e o debate aparece talvez quando entram questões de saúde coletiva e pública, ou quando se trata de criticar a Igreja por suas posições oficiais neste assunto. Alguns vêem nisto os sinais do quanto nossa cultura se guia por uma razão instrumental. A teologia da libertação alertou para o fato de se estabelecerem estruturas socioculturais que institucionalizam costumes e métodos lesivos aos seres humanos, como a esteriliza-

ção em massa e o atropelo da autonomia, particularmente dos pobres, no controle da natalidade. Ao mesmo tempo, é inegável que os avanços tecnológicos interpelam diretamente as formas de se exercer a responsabilidade ética. De posse do conhecimento científico e de novos instrumentos, fica muito mais clara a responsabilidade humana para agir ou se omitir. Sob o ponto de vista religioso, a teologia tem focalizado a inteligência humana em sua missão de ser criativa dentro

“É preciso manter o foco que a própria Encíclica teve no seu contexto: meditar e transmitir uma palavra de Deus em um assunto tão importante como a fecundidade humana e a responsabilidade ética em seu desempenho”

dos processos da criação; uma missão confiada por Deus mesmo ao seres humanos. A afirmação medieval de São Tomás de Aquino – “com tal sabedoria Deus fez o ser humano que o fez providência de si mesmo” – é sugestiva neste sentido.

IHU On-Line - Qual é o peso da tradição sobre a “lei natural” para sustentar os argumentos defendidos pela *Humanae Vitae*?

Márcio Fabri dos Anjos - A compreensão da “lei natural” como guia para a

ação humana traz variações que tem percorrido a história do pensamento filosófico e teológico. Por um lado, se reconhece a sabedoria das leis que presidem os processos biológicos e cósmicos de modo geral. As ciências correm atrás de sua decodificação e não há como não se maravilhar diante de sua grandeza. Por outro lado, volta a pergunta sobre o papel da inteligência humana diante destas leis dadas. Antes da *Humanae Vitae*, o Concílio Vaticano II (1962-65) já acentuava a “natureza da pessoa humana e de seus atos”, como uma referência a suas características específicas. Nesta linha, se ressalta que a inteligência humana não é simplesmente para perceber o que se passa nos processos biológicos, mas também para agir criativamente neles. Desta forma, o artificial é de algum modo natural, enquanto é natural sermos inteligentes. Isto sugere o rompimento do rótulo prévio da suspeita sobre o artificial e centrar a pergunta que vem em seguida: como ser éticos no manejo das artificialidades. Além disto, se acentua que, por nossa condição humana, sempre associamos instrumentos e procedimentos em uma rede de significados. Sem a consideração desta rede se torna inviável fazer avaliações éticas. A interpretação sobre “lei natural” teve, então, certamente um peso na linha de argumentação da Encíclica. Serviu para não se desprezar tão levemente a sabedoria presente nos processos biológicos dados. A polêmica em torno dos transgênicos hoje ajuda em parte a perceber uma questão ecológica subjacente também na anticoncepção. Mas permanece o desafio de descobrir, em diferentes áreas, a ética da ação e intervenção da inteligência humana nos processos da vida.

IHU On-Line - Como a Encíclica ajuda a compreender a posição da Igreja sobre amor, casamento e reprodução/fecundidade?

Márcio Fabri dos Anjos - A questão dos anticoncepcionais rotulou excessivamente a Encíclica. Ela consta de uma primeira parte que coloca a fecundidade e reprodução humana dentro de um grande berço antropológico e espiritual. Supera uma conhecida dicotomia do amor hu-

“A Encíclica representou um gesto de coragem ao enfrentar a mentalidade consumista que passava muito rapidamente do poder técnico para o poder ético; que tomava as tecnologias como simples bens de consumo, recusando qualquer interrogação ética sobre seu uso. A Encíclica veio como que na contramão desse entusiasmo”

mano ao propô-lo de indissociável como corpóreo e espiritual. Enfatiza o ideal de se buscar a procriação no contexto de um amor fiel e marcado pela gratuidade e bem querer. Mas a leitura da Encíclica que predominou foi sua proibição de métodos artificiais para evitar a gravidez. Creio que este zelo disciplinador esterilizou a força ética da própria Encíclica. Reforçou nela os aspectos da negação e fez perder o dinamismo maior de uma proposta construtiva. Com isto, se enfraquece também a capacidade crítica da teologia cristã para propor um ambiente de compromisso e respeito para as relações sexuais, superando o consumismo do prazer reduzido às individualidades ou ao momento fugaz. E dá lugar para o rótulo: “a Igreja é contra”. Dentro da própria Igreja, acredito que o discurso disciplinador inibiu a palavra de conforto e animação para as pessoas em suas situações concretas, e muitas vezes dramáticas, marcadas pelo sofrimento. Ao fixar uma lei geral e absoluta, se dispensa (e se proíbe) de considerar as particularidades. Resultou uma espécie

de esquizofrenia moral em que a prática dos fiéis se distanciou muito da teoria, e entre os próprios padres se calou sobre o assunto. Perde-se, assim, a chance de afirmar os valores maiores que devem impulsionar as ações éticas, e a serviços dos quais se colocam os instrumentos.

IHU On-Line - O que significa, hoje, condenar a contracepção, principalmente falando da camisinha, em nossa sociedade marcada pela Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis (infelizmente, muitas vezes, dentro do próprio casamento)?

Márcio Fabri dos Anjos - A epidemia do vírus HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis representa casos concretos em que a própria vida é posta em perigo. Tornam-se um problema de saúde coletiva. Diante disso, alguns afirmam o receio de que a admissão de preservativos seja confundida como um incentivo à banalização das relações, ferindo o sentido ético dos relacionamentos. Outros, mesmo admitindo que o uso de preservativos não seja em si um ideal, acreditam que seu uso pode ser visto eticamente como um mal físico menor, diante da defesa concreta e real da vida. A oferta de preservativos nestes casos tecnicamente se diria uma colaboração material. Os cardeais Dom Paulo Evaristo³ (São Paulo) e Dom Carlo Maria Martini⁴ (Milão) fizeram afirmações nesta direção. Em todos os âmbitos da ação, persiste a pergunta sobre o sentido ético dos procedimentos e instrumentos adotados. O caso das freiras missionárias, que na ameaça de serem estupradas pelos vencedores de outra tribo em guerra tomaram anticoncepcionais, ajuda a perceber outro lado da questão. Sugere que o preservativo pode significar defesa contra uma agressão, e não simples-

mente anticoncepção. De modo semelhante, o preservativo usado por um marido portador de HIV, teria o sentido de respeito pela vida e saúde de sua esposa. Isto mostra como existem modelos diferentes para a avaliação ética de meios que funcionam também como anticonceptivos. O debate entre estes modelos é tenso e vem de longa data na Igreja Católica. Acho uma pena que, em meio a tudo isto, não fique transparente o compromisso que a Igreja tem, e realmente desenvolve, na defesa da vida e da saúde de pessoas portadoras de HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis.

IHU On-Line - Em que medida a *Humanae Vitae* contribui para a reflexão sobre o aborto e a preservação da vida humana, principalmente se lembrarmos das pesquisas com células-tronco embrionárias?

Márcio Fabri dos Anjos - O tema da anticoncepção faz pensar na prevenção do aborto e da gravidez indesejada, especialmente de adolescentes. São questões trazidas por quem trabalha no campo da saúde coletiva. A prevenção diante desses males indesejáveis é urgente e indispensável. A Encíclica desenha uma pauta ideal para acolher a fecundidade. Mas a realidade da sociedade plural brasileira está muito distante deste ideal. Esta distância desafia a capacidade pedagógica da Igreja Católica em educar e contribuir para a formação da consciência eclesial e social nestes assuntos. Acredito que ela tem prestado um importante serviço de alertar sobre o *ethos* cultural violento que atropela e trata com descaso as pessoas e o ambiente. O mais difícil é passar do ideal para as medidas adequadas da gestão em meio à conflitividade real. Quanto a isto, as concepções cristãs podem, sim, se apresentar como contribuição de cidadania, mas se inserem em um contexto de sociedade plural. Já o assunto das pesquisas com células-tronco embrionárias abre outro tema extremamente importante que não caberia aqui, ou seja, o debate sobre o estatuto de defesa do embrião humano em sociedade.

3 Frei Paulo Evaristo Arns O.F.M. (1921): frade franciscano, sacerdote católico brasileiro, décimo sétimo bispo de São Paulo, sendo seu quinto arcebispo e terceiro cardeal. Atualmente é arcebispo emérito de São Paulo. (Nota da IHU On-Line)

4 Carlo Maria Martini SJ (1927): cardeal italiano e arcebispo emérito de Milão. Nomeado reitor da Pontifícia Universidade Gregoriana, de Roma, em 1978, foi o único membro católico do Comitê Ecumênico para a preparação da edição grega do Novo Testamento. (Nota da IHU On-Line)

Entrevista da Semana

Vida e linguagem: uma reflexão sobre o poeta e prosador português Carlos de Oliveira

O poeta carioca Leonardo Gandolfi apresenta, a partir do escritor Carlos de Oliveira, uma reflexão sobre a simbiose entre a vida e a (re)criação de textos

POR ANDRÉ DICK

O carioca Leonardo Gandolfi apresentou a dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa “Mundo comum e povoamento da paisagem: ler com *O aprendiz de feiticeiro* de Carlos de Oliveira”, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em que trata sobre a relação muito próxima entre escritor e leitor. Mas ele não chega a empregar o conceito de Barthes, de que é preciso haver a morte do autor (no sentido acadêmico, sobretudo) para acontecer o nascimento do leitor. Gandolfi avalia, por meio de seu estudo, a partir da figura de Carlos de Oliveira, que o escritor é, antes de tudo, um leitor, alguém que convive diretamente com a literatura não como uma referência independente da realidade, mas como elemento intrínseco à linguagem.

Segundo ele, “as experiências literárias fazem parte das nossas experiências cotidianas. Afinal, o homem que lê Fernando Pessoa, por exemplo, é o mesmo homem, apesar da heteronímia, que mais tarde irá trabalhar, depois voltará para casa e jantará com sua mulher. São todos acontecimentos do seu dia-a-dia. Ele poderá privilegiar um ou outro. Por exemplo, Borges adorava falar de livros. É claro, boa parte do seu dia era tomado por eles”. Nesse sentido, passa a ser muito interessante, afirma Gandolfi, ler o que há, por exemplo, de Octavio Paz em seus textos críticos sobre outros autores.

A importância que Gandolfi dá às leituras o levam a um interesse por reavaliar a mimese de Aristóteles a Paul Ricoeur, passando pela reinterpretação feita dela pelo professor e teórico de literatura Luiz Costa Lima. Na entrevista, concedida por e-mail à IHU On-Line, Gandolfi trata ainda da análise que faz do poema “Estalactite”, de Carlos de Oliveira, e sobre a tese que prepara, traçando uma relação entre esse poeta português e o brasileiro João Cabral.

Gandolfi trabalhou como professor de Literatura Portuguesa na Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre 2006 e 2007, e atualmente realiza o doutorado em Literatura Comparada na UFF com o projeto *Carlos de Oliveira e João Cabral de Melo Neto: paisagens por escrito*. Além disso, é poeta, autor do livro *No entanto d'água* (Rio de Janeiro: 7Letras, 2006).



Divulgação

IHU On-Line - Sua dissertação trata do livro *O aprendiz de feiticeiro*, de Carlos de Oliveira. De que modo esse autor constrói os textos que compõem esse livro, a fim de que haja uma possibilidade de aproximação com seu poema “Estalactite”, analisado no trabalho?

Leonardo Gandolfi - Esse livro do Carlos de Oliveira¹ é muito curioso. Ele me parece de toda uma vida. Não porque tenha sido programado para isso, mas porque foi sendo escrito, mesmo sem o autor se dar conta, ao longo de toda sua vida. O mais interessante é que esse percurso, que tinha tudo para ser cronológico, não é. Isso porque o livro é uma “reunião” de textos publicados e não publicados pelo autor no período que vai de 1945 até 1970. Textos que não estiveram em nenhum dos seus livros (quatro narrativas e onze coletâneas de versos): resenhas em jornais e revistas, entrevista, crônicas, diário, ensaios, contos, projetos inacabados que foram reescritos e rearranjados para se tornarem um livro em que a dispersão talvez seja apenas aparente. Nesse caminho, o limite entre o biográfico e o não-biográfico vai se tornando descontínuo, como a própria cronologia. Estamos e não estamos diante de uma poética, porque o que eu tento desenvolver no trabalho é que um dos núcleos temáticos desse livro é a Leitura, o modo como Carlos de Oliveira, autor e narrador, lê nos ensaios e resenhas outros autores. Acho isso estimulante, porque se pode dar ao Carlos de Oliveira aquilo que ele dá aos outros. É um jogo válido ler, por exemplo, a poesia de Octavio Paz² a partir dos

seus textos críticos sobre outros autores, ou a de Sebastião Uchoa Leite,³ a partir dos seus ensaios sobre cinema *noir* ou sobre quadrinhos.

IHU On-Line - O autor Carlos de Oliveira se apresenta como autor, narrador e personagem, além de se revelar um leitor. Como acontece essa progressão do leitor-escritor, que encena a leitura a partir de suas próprias experiências e histórias? As experiências literárias são, antes de mais nada, existenciais e vice-versa?

Leonardo Gandolfi - Penso que sim. As experiências literárias fazem parte das nossas experiências cotidianas. Afinal, o homem que lê Fernando Pessoa,⁴ por exemplo, é o mesmo homem, apesar da heteronímia, que mais tarde irá trabalhar, depois voltará para casa e jantará com sua mulher. São todos acontecimentos do seu dia-a-dia. Ele poderá privilegiar um ou outro. Por exemplo, Borges⁵ adorava falar de livros. É claro, boa parte do seu dia era tomado por eles. Há um poema do *Elogio da sombra* que começa assim: “Os outros que se jactem das páginas que escreveram; / a mim me orgulham as que li”. No caso de Carlos de Oliveira, em *O aprendiz de feiticeiro*, dependendo do texto, vemos a primeira pessoa textual se comportar mais como narrador, personagem ou mesmo biograficamente como autor. Isso vai depender do protocolo de leitura que o texto exigir. Pois eu preciso saber que não é possível ler da mesma forma um ensaio e um conto, mesmo os dois estando um do lado do outro num mesmo livro escrito por um mesmo autor. O ensaio exige um posicionamento de leitura, enquanto o conto exige outro. O livro nos expõe a esses limites. Aliás, seu título talvez fale um pouco disso: aprender a lidar com o constante deslocamento dos textos. “Aprendiz de feiticeiro” dá nome tam-

bém a um poema de Goethe,⁶ em que o jovem do título aproveita a ausência de seu mestre para tentar realizar mágicas de verdade. No fundo, é essa também a nossa condição de leitores. Todos somos aprendizes de feiticeiro, livres para tentar realizar, atrapalhada e inutilmente, as mágicas dos nossos mestres. Sempre erraremos, porque sempre ainda teremos muito a aprender. Deve ser disso o que fala Carlos de Oliveira: “Mas então, que alegria triste assumir como última consequência de ser livre a responsabilidade do falhanço”. O mais interessante, parece, é saber que essa “alegria triste” não diz respeito apenas a *O aprendiz de feiticeiro* ou a Carlos de Oliveira, mas sim à literatura, ao seu trabalho tão desencantado quanto limítrofe.

IHU On-Line - Pode nos falar um pouco da importância de Carlos de Oliveira na literatura portuguesa, tanto para a área da prosa quanto para a área da poesia? E falar da diferença entre seus primeiros livros, mais estruturados no neo-realismo, que defendia a literatura engajada, de denúncia, e os que passou a escrever na década de 1960, em que há uma análise mais voltada para o texto? A sua análise sobre *O aprendiz de feiticeiro* seria a união entre esses dois elementos?

Leonardo Gandolfi - Carlos de Oliveira seria aquilo que em língua inglesa chamam de *poet's poet*. Sua trajetória no panorama da literatura portuguesa é singular. Primeiro porque foi poeta e narrador com a mesma excelência. Depois porque, ao longo do tempo, como você mesmo diz, soube se transformar, aprender com os mais novos e ser exemplo também. Seu primeiro livro é uma coletânea de poemas chamada *Turismo*, publicado em 1942 na coleção do *Novo Cancioneiro*, primeira grande manifestação do neo-realismo português. Nesse livro e nos livros de autores também dessa coleção, como Mario Dionísio e Manuel da Fonseca, o que se vê é uma poesia que realmente abre mão de uma série de características para tentar ser mais social e par-

1 Carlos de Oliveira (1921-1981): escritor português. Filho de emigrantes portugueses, só viveu no Brasil, em Belém do Pará, onde nasceu, os dois primeiros anos de vida: em 1923, os seus pais regressam a Portugal, acabando por se fixar na região de Cantanhede, mais precisamente na aldeia de Febres, onde seu pai exercia medicina. Em 1933, mudou-se para Coimbra, cidade onde permanece durante quinze anos, a fim de concluir os estudos liceais e universitários. Ingressa na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1941. Publicou livros como *Casa na duna*, *Mãe pobre*, *Uma abelha na chuva*, *O aprendiz de feiticeiro* e *Entre duas memórias*. (Nota da IHU On-Line)

2 Octavio Paz (1914-1998): poeta e crítico literário mexicano, autor de obras como *Blanco*, *O arco e a lira*, *Os filhos do barro* e *O labirinto da solidão*. (Nota da IHU On-Line)

3 Sebastião Uchoa Leite (1935-2003): poeta brasileiro, autor de obras como *A espreita* e *A ficção vida*. (Nota da IHU On-Line)

4 Fernando Pessoa (1888-1935): escritor português, considerado um dos maiores poetas de língua portuguesa. (Nota da IHU On-Line)

5 Jorge Luis Borges (1899-1986): escritor argentino, homenageado na IHU On-Line número 193, de 28-08-2006, intitulado *Jorge Luis Borges. A virtude da ironia na sala de espera do mistério*. (Nota da IHU On-Line)

6 Goethe (1749-1832): escritor alemão. (Nota da IHU On-Line)

“No fundo, é essa também a nossa condição de leitores. Todos somos aprendizes de feiticeiro, livres para tentar realizar, atrapalhada e inutilmente, as mágicas dos nossos mestres”

ticipativa. É nesse período que Carlos de Oliveira escreve um verso como “Hei-de cantar-vos a beleza um dia”, mostrando como o poema é consciente de que está momentaneamente afastado do seu trabalho. Essa consciência não o abandona. Finalmente, em 1960, publica *Cantata* e se distancia daquela linguagem adjetiva e engajada, transformando o poema em um nomeador da realidade, talvez uma outra forma de engajamento. Então, abandona a imagem do “canto”, que estava vinculada a uma estética neo-realista, e adota a imagem muito particular e meticulosa da “caligrafia”. Com isso, transforma sua poesia numa pequena coleção de objetos preciosos de linguagem como o poema chamado “Vento”: “As palavras / cintilam / na floresta do sono / e o seu rumor / de corças perseguidas / ágil e esquivo / como o vento / fala de amor / e solidão: / quem vos ferir / não fere em vão, / palavras”. É a partir dos anos 1960 em diante que Carlos de Oliveira — já afastado do partido comunista, mas não de uma ética do texto — se aproxima dos poetas mais novos, que haviam participado da publicação *Poesia 61*, sobretudo Fiamma Hasse Pais Brandão⁷ e Gastão Cruz.⁸ Autores que tinham como principal característica justamente uma espécie de realismo de linguagem que parecia dialogar com o poeta de *Cantata*. A partir daí, Carlos de Oliveira retorna aos seus livros antigos e os reescreve, tanto os de poesia quanto os de narrativa. Realiza, por assim dizer, uma decantação. Depois, aparecem livros importantes como *Micropaisagem*, de 1968, e *Entre duas memórias*, de 1971. Finalmente, em

1978, ele publica *Finisterra, paisagem e povoamento*, livro no qual as linhas de força tanto da sua poesia quanto da sua prosa, parece, se encontram. Aliás, a narrativa de *Finisterra* pode ser considerada, sob muitos aspectos, um retorno ao seu primeiro romance, publicado em 1943, *Casa na duna*. Mas isso já é outra história. Se a minha análise sobre *O aprendiz de feiticeiro* seria a união entre esses dois momentos? Não. Isso foi visto por muitos leitores portugueses, cito os principais: Rosa Maria Martelo e Manuel Gusmão. Aqui no Rio de Janeiro, a professora da UFF Ida Alves (a propósito, minha orientadora e quem me apresentou à obra do Carlos de Oliveira) comenta isso em sua tese, intitulada “Carlos de Oliveira e Nuno Júdice, Poetas: Persoagens da Linguagem” (na UFRJ).

IHU On-Line - Como você utiliza o conceito de mimese, partindo de Aristóteles para análises mais recentes, de autores como Luiz Costa Lima e Paul Ricoeur? Você acredita que a mimese, por exemplo, era anulada pelo estruturalismo e pelo formalismo, ou vista apenas sob outro ângulo?

Leonardo Gandolfi - É verdade, talvez essas correntes críticas tenham privilegiado mais a relação do texto com ele mesmo do que com a “realidade”, embora isso dito assim, rapidamente, possa soar um tanto suspeito e, é claro, apressado demais. Quanto mais uma lâmpada ilumina a si mesma, mais ela ilumina o que está ao seu redor. Esta me parece uma boa defesa do estruturalismo. Essa história da lâmpada poderia ter sido contada por algum simpatizante do estruturalismo, mas não: é um texto do Herberto Helder⁹ sobre poesia. Eu gosto da

imagem, do seu otimismo iluminista. Em relação à mimese aristotélica, há uma série de releituras mais recentes. Para mim, é muito importante o que Costa Lima¹⁰ faz em *Mimese e modernidade*. A partir de Baudelaire,¹¹ Eliot¹² e outros, ele nos fala de uma “mimese de produção” que alarga o real. Paul Ricoeur,¹³ em *Tempo e narrativa*, a certa altura, relaciona esse alargamento da atividade mimética de que falava Costa Lima a uma relação entre obra e espectador. Em outras palavras, a *Poética* de Aristóteles¹⁴ reserva um lugar especial para a recepção, e Ricoeur nos lembra que a catarse tem a ver com isso. A mimese, como se sabe, não é imitação. E também não é representação, apresentação, mas sim, nos próprios termos de Aristóteles, uma atualização. O texto de *Poética* é naturalmente elíptico. São notas para aula e não um livro preparado pelo filósofo. Para entender o conceito de mimese, talvez seja preciso relacioná-lo aos conceitos de Ato e Potência: assim como cada ação humana é uma forma de atualização da realidade, o texto também o é. E como esse texto constitui um todo, sua relação com a realidade é análoga à relação existente entre ele, texto, e o leitor. Então, o texto está para realidade assim como a leitura está para o texto. Da mesma forma que o texto atualiza a potencialidade do real, o leitor atualizará a potencialidade que para ele é o texto. Não sei se ficou claro, mas é mais ou menos nesses termos que a coisa funciona. Sendo assim, Beckett¹⁵ é tão

10 Luiz Costa Lima: crítico literário, autor de, entre outros, *Mimesis e modernidade* e *Mimesis - desafio ao pensamento*. Ele participou da IHU On-Line nº 221, intitulada *Cem anos de solidão*, com o texto “García Márquez: muito além de *Cem anos de solidão*”, e da IHU On-Line nº 232, intitulada *Carlos Drummond de Andrade: o poeta e escritor que detinha o sentimento do mundo*, com a entrevista “O poeta das sete faces”. (Nota da IHU On-Line)

11 Charles Baudelaire (1821-1867): poeta francês, autor de *As flores do mal*. (Nota da IHU On-Line)

12 Thomas Stearns Eliot (1888-1965): poeta modernista, dramaturgo e crítico literário britânico-estado-unidense. Em 1948, ganhou o Prêmio Nobel de Literatura. (Nota da IHU On-Line)

13 Paul Ricoeur (1913-2005): filósofo francês. (Nota da IHU On-Line)

14 Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.): pensador grego. (Nota da IHU On-Line)

15 Samuel Beckett (1906-1989): escritor e

7 Fiamma Hasse Pais Brandão (1938-2007): poeta portuguesa. (Nota da IHU On-Line)

8 Gastão Cruz (1941): poeta português. (Nota da IHU On-Line)

9 Herberto Helder (1930): poeta português. (Nota da IHU On-Line)

mimético quanto Balzac,¹⁶ Chesterton¹⁷ ou Ray Bradbury.¹⁸ A relação da arte com o real é muito abrangente. O que separa o realismo soviético do expressionismo abstrato certamente não é o fato de o primeiro ser “mimético” e o segundo não. Até porque isso não é verdade.

IHU On-Line - De que modo você une à sua análise sobre o poema “Estalactite” as poesias de Eliot, Yeats,¹⁹ Pessoa? As camadas referenciais desses autores existem na elaboração de tal poema?

Leonardo Gandolfi - A primeira referência a ser feita, acredito, é dizer que gosto muito dos quatro poetas em questão. Essa relação entre eles é a relação mais importante para mim. Esses autores e alguns outros (às vezes uns mais que outros) estão sempre por perto quando estou interessado em poesia. Fazem parte do meu acervo de leitor e, por isso, de algum jeito foram transformados em meus operadores de leitura. É natural, então, que eu consiga levantar pontos em comum, criar relações entre eles, pois afinal, para mim, o que eles mais têm em comum é o fato de eu lê-los com alguma frequência e muito prazer. Isso não quer dizer, porém, que “minha” leitura violenta os textos, forçando relações inexistentes que não estão na elaboração do poema lido. Pelo contrário, depois de um corpo a corpo com essa turma, sou eu quem saio modificado, é a minha leitura escrita que se transforma. E se pensarmos ainda naquela noção

dramaturgo irlandês. Autor de uma obra bilíngüe (francês e inglês), por vezes designada como “literatura da angústia”, recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1969. *A espera de Godot* é a sua peça mais conhecida. (Nota da IHU On-Line)

16 **Honoré de Balzac** (1799-1850): dramaturgo francês, autor do conjunto de romances *Comédia humana*. Representante da transição na passagem do romantismo para o realismo, ele mistura aspectos das duas tendências. (Nota da IHU On-Line)

17 **Gilbert Keith Chesterton** (1874-1936): escritor britânico, crítico e autor de versos, ensaios, novelas e de curtas histórias. É, provavelmente, mais conhecido por sua série sobre o padre-detetive Father Brown, que apareceu em 50 histórias. Entre 1900 e 1936, Chesterton publicou cerca de cem livros.

18 **Ray Bradbury** (1920): autor de ficção científica. (Nota da IHU On-Line)

19 **W. B. Yeats** (1865-1939): poeta inglês. (Nota da IHU On-Line)

de tradição levantada pelo Eliot, em que todos os textos dialogam entre si e que o passado é constantemente alterado pelo presente, esse cotejamento pode ficar interessante e até ser útil, à medida que os textos, no confronto, vão se deslocando, tornando-se movimentos. O que, afinal de contas, pode ser um modo de estar da literatura: nada de resistir ou lutar, impassível, contra o tempo, mas sim ser testemunha e cúmplice da própria mudança. Do seu próprio fim, diria Blanchot.²⁰ Talvez eu goste tanto desses poetas exatamente por causa disso.

IHU On-Line - A partir de que idéia se elabora a sua tese, em atual andamento, apresentando uma aproximação entre João Cabral de Melo Neto e Carlos de Oliveira. Quais são os pontos que fizeram com que aproximasse esses autores?

Leonardo Gandolfi - Ainda estou no início. Mas gostaria de unir esses dois poetas justamente pela mesma razão da resposta à pergunta anterior. Dois poetas podem dialogar mesmo que um nunca um tenha lido o outro. Tentarei aproximá-los e afastá-los, sobretudo, a partir do tema da paisagem. A paisagem à brasileira, quem sabe, na trilha de José de Alencar²¹ e Euclides da Cunha.²² E a paisagem à portuguesa, de Camões²³ passando por Almeida Garret.²⁴ De alguma forma, é uma continuação da dissertação, já que quero valorizar na construção da referência à paisagem o papel e a função da leitura. É que nesses poetas essa referência me parece estrutural e não descritiva. Com isso, o leitor acaba não recebendo a

20 **Maurice Blanchot** (1907-2003): filósofo, romancista e crítico literário francês, autor de *O espaço literário* (Rio de Janeiro: Rocco, 1987), *Pena de morte* (Rio de Janeiro: Imago, 1991) e *O livro por vir* (São Paulo: Martins Fontes, 2005). (Nota da IHU On-Line)

21 **José de Alencar** (1829-1877): romancista brasileiro, autor de *Iracema*. (Nota da IHU On-Line)

22 **Euclides da Cunha** (1866-1909): engenheiro, escritor e ensaísta brasileiro Euclides Rodrigues da Cunha. Entre suas obras, além de *Os sertões* (1902), destaca-se *Contrastes e confrontos* (1907), *Peru versus Bolívia* (1907) e *A margem da história* (1909). (Nota da IHU On-Line)

23 **Camões** (1524-1580): um dos maiores poetas portugueses, autor do clássico *Os Lusíadas*. (Nota da IHU On-Line)

24 **Almeida Garret** (1799-1854): poeta português. (Nota da IHU On-Line)

imagem pronta, mas sim uma sugestão de imagem. No mais, a comparação, como disse antes, é sempre bem-vinda para deslocar um pouco o lugar crítico da poesia de um e de outro. Ler João Cabral²⁵ via Carlos de Oliveira, assim como ler Carlos de Oliveira via João Cabral. Contaminar a leitura de um com a leitura de outro, tentando criar não só uma leitura de ambos, mas também leituras conflitantes e em diálogo.

IHU On-Line - Há um aproveitamento das leituras em seu próprio trabalho poético, que ganha visibilidade a partir de *No entanto d'água*, lançado em 2006? De que modo se constrói a sua “mimese da linguagem”, para utilizar uma expressão de Barthes?

Leonardo Gandolfi - Sim, posso aproveitar essas leituras habituais e outras coisas minhas também habituais: dar aulas ou ir ao cinema com minha namorada, por exemplo. Digo isso para não parecer exclusiva a relação entre essas leituras e os poemas que sem muito êxito tentei escrever. Mas falar dos nossos próprios versos é sempre suspeito, fico um pouco atrapalhado. Quanto à expressão “mimese da linguagem”, não me lembro exatamente o contexto em que Barthes²⁶ a empregou, mas é muito provável que tenha a ver também com aquela história da lâmpada que, quanto mais chama atenção para si — aumentando a intensidade da sua luz —, mais ilumina o que está em volta com seu brilho pernicioso. Acho ótimo e um tanto difícil de ser feito. Certamente, meu livro está muito distante disso. Mas quando encontro por aí um poema ou um romance com esse dom, fico muito feliz, ainda que seja uma felicidade irmã daquela “alegria triste” que todos nós já sentimos um dia, com a literatura ou sem a literatura.

25 **João Cabral de Melo Neto** (1920-1999): poeta pernambucano, autor de obras como *Morte e vida Severina*, *Uma faca só lâmina*, *A educação pela pedra*, *A escola das facas e Agrestes*. (Nota da IHU On-Line)

26 **Roland Barthes** (1915-1980): crítico literário, sociólogo e filósofo francês. Entre suas obras, se destacam *Elementos de semiologia* (1965), *Sistema da moda* (1967) e *O Império dos signos* (1970). (Nota da IHU On-Line)

Filme da Semana

O filme comentado nessa edição foi visto por algum/a colega do IHU e está em exibição nos cinemas de Porto Alegre, como o Arteplex, do Shopping Bourbon.

Jogo de cena

Ficha técnica

Diretor: Eduardo Coutinho

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 106 minutos

Ano de lançamento: 2007 (BRA)

Elenco: Andréa Beltrão, Fernanda Torres, Marília Pêra

Resumo: Mulheres contam histórias de suas vidas, expondo detalhes sobre relacionamentos com homens e com filhos. Ao mesmo tempo, alguns desses depoimentos são reinterpretados por atrizes.

Jogo de cena - Mulheres contam suas histórias de vida

POR STELA MENEGHEL

O cineasta Eduardo Coutinho¹ parte de um anúncio no jornal em que busca mulheres dispostas a contar suas histórias de vida para serem filmadas. 83 mulheres responderam ao chamado, das quais o diretor selecionou 23. Os depoimentos foram filmados no teatro Glauce Rocha, no Rio de Janeiro. Numa segunda etapa, as histórias foram encenadas por atrizes profissionais — Fernanda Torres, Marília Pêra e Andréa Beltrão. Coutinho arma uma composição, aparentemente simples, em que entremeia as diferentes seqüências: o relato das mulheres, a

encenação das atrizes e, como em um *making off* costurado no próprio documentário, as atrizes relatam as emoções produzidas pela encenação.

Uma das idéias que o filme suscitou foi o paralelo entre fazer um documentário cinematográfico e fazer uma pesquisa acadêmica. Esta similaridade já havia me ocorrido em relação a outros filmes, por exemplo, no *A invenção da infância*, de Suzana Sulzbach, que não difere de uma investigação epidemiológica sobre a mortalidade de crianças menores de um ano ou o trabalho infantil.

No filme de Coutinho, podemos dizer que o percurso metodológico inicia com a seleção de uma amostra de pessoas, que são chamadas através de um anúncio de jornal, do mesmo modo que muitos pesquisadores têm arrecadado os participantes de suas investigações, em anúncios em jornais ou na internet. No filme, 83 mulheres atendem ao chamado e contam as suas histórias de vida, de costas para a platéia vazia do teatro. Em um estudo de teor

qualitativo, assim como em um filme, você escolhe algumas narrativas, afinal não temos fôlego para ouvir todas. Ou, podemos ouvir a todas e depois selecionar as mais expressivas, as mais significativas, as mais contundentes.

O pesquisador/diretor ouve atentamente as histórias e vai inquirindo por novos fatos, esclarecendo alguns episódios e passagens obscuras, estimulando a narradora a seguir o relato. Neste ponto, a voz do entrevistador é fundamental, pois ela acompanha as modulações do sentimento da narradora, respeitando-os e dando tempo para lembrar os fatos, para buscar a palavra adequada, para o sentimento que aflora com a memória. Com a voz, podemos pôr tudo a perder, ao fazer uma pergunta precipitada ou exprimir rechaço, preconceito ou desinteresse. E a voz de Coutinho está exatamente no tom que se propõe: expressando entendimento e empatia, às vezes brincalhona, outras intrigada, muitas comovida. Então ele edita o material — a etapa da análise —, onde, diz Lawrence Bardin, “de nada serve con-

¹ Eduardo de Oliveira Coutinho: cineasta brasileiro, nascido em maio de 1933, na cidade de São Paulo, e considerado um dos mais importantes documentaristas da atualidade. Seu trabalho caracteriza-se pela sensibilidade e pela capacidade de ouvir o outro, registrando sem sentimentalismos as emoções e aspirações das pessoas comuns, sejam camponeses diante de processos históricos (*Cabra marcado para morrer*), moradores de um enorme condomínio de baixa classe média no Rio de Janeiro (*Edifício Maste*), ou metalúrgicos que conviviam com o então sindicalista Luis Inácio Lula da Silva (*Peões*). Este filme foi comentado na 123ª edição da IHU On-Line, de 16 de novembro de 2004. (Nota da IHU On-Line)

tabilizar, se não se cortar a preceito". Ou seja, tanto no filme quanto na pesquisa é preciso cortar a contento, corte errado e não sai nada, ou fica demasiado longo, ou o expectador/leitor não entende nada.

O corte compreende ainda selecionar o tempo certo de cada cena, suficiente para conferir inteligibilidade ao texto imagético, sem se deter em detalhes que podem tornar a história cansativa ou repetitiva. Para o pesquisador, a questão é encontrar as categorias mais significativas de um conjunto de textos que constitui o corpus do trabalho e que podem ser filmagens, transcrições de áudio, de entrevistas, grupos ou situações de conversa cotidiana. Filme e pesquisa são construções culturais que seguem um roteiro, partilham um método não tão estranho um ao outro e querem transmitir uma mensagem por meio do texto literário ou científico.

A segunda perspectiva que o filme abre decorre do compartilhamento das histórias de vida destas mulheres. Quem são as mulheres selecionadas pelo diretor? Um grupo diversificado em termos de idade, etnia, ocupação, situação civil, número de filhos e experiências. E o que dizem essas mulheres selecionadas por Coutinho para nos contar suas vidas?

Elas trazem problemas cotidianos e comuns à maioria das mulheres brasileiras: questões relativas às relações de casamento e de parentalidade, perdas, mortes, separações, traições, brigas. Muitas delas enfrentam restrições financeiras graves. Algumas ainda se debatem no luto e na dor pela perda de filhos e outros familiares muito próximos.

Essas mulheres perderam muitas paradas, levaram na cabeça, foram traídas e abandonadas. Vivem situações de profundas desigualdades de gênero, raça e classe social. Mas, como dizem os foucaultianos, onde há poder há resistência, e elas nos deram lições de sobrevivência. Elencaram um sem número de histórias, de estratégias, de estratégias, que incluem desde a capacidade de cuidar de si e dos outros, a espiritualidade, o humor, a arte, a capacidade de regeneração, o uso do poder terapêutico dos sonhos (como negar a intensa compaixão que nos acomete ao ouvir a narrativa da mãe que teve o filho assassinado e nos diz "sonhei que meu filho era um anjo vestido de azul e me dizia que estava bem").

Vários pesquisadores têm afirmado o poder das narrativas ao recompor linhas de vida interrompidas por situações de guerra, de violências de todo o tipo, de perdas. Ao narrar estes fatos para pessoas que se sensibilizam com o relato, o narrador se sente, enfim, justificado.

Assim como o narrador vai compondo sua história — tecendo, costurando, remendando, fazendo e refazendo, reparando, costurando outra vez —, o diretor acompanha esse movimento, dando voz às mulheres para contar uma, duas, dez vezes a mesma história, contada pela pessoa que viveu, contada pela atriz que encenou, contada por um coro de vozes, ressignificada na polifonia da criação coletiva.

Por que ouvir apenas histórias de mulheres? Poderia responder por meio de um episódio que retrata a importância política que se tem dado à mulher em Cuba, um país que ainda não superou a desigualdade de gênero (alguém o conseguiu?), mas tem atingido resultados satisfatórios. Fidel Castro, quando precisou enfrentar a crise energética e econômica provocada pela desintegração da URSS, escolheu o dia 8 de março de 1990 para falar à população. 15 anos mais tarde, novamente em 8 de março de 2005, ele anuncia que o povo cubano começava a sair deste período. Fidel, com sua aguda sensibilidade política e humana, sabia que podia contar com o apoio das mulheres para gerar as estratégias de sobrevivência, que, entre outros fatores, permitiram a Cuba resistir um tempo tão longo e atravessar os momentos de crise e reajuste que tiveram que ser realizados nestes anos.²

O terceiro aspecto que gostaria de chamar a atenção é para a clareza e simplicidade do filme, pautado na cotidianidade. Como os neo-realistas no pós-guerra, Coutinho filma com pessoas comuns da população, misturando-as com atores profissionais, deixando borrados os limites de até onde vai a história real e onde começa a ficção. Na realidade, não importa se mentira ou verdade, todas as histórias são reais.

O diretor termina o filme com a volta ao teatro de uma das mulheres para dizer que seu depoimento ficou

muito pesado, muito triste e que deseja mudá-lo. De certa maneira, pode-se dizer que ela quer refazer o roteiro da sua história, acenando com o poder de refazer a trama de sua própria vida.

Então ela se põe a cantar, sem acompanhamento, sem nada, uma velha canção de ninar, uma música lá do fundo da infância, querendo resgatar a relação conturbada com a filha, querendo reatar laços, curar feridas, como o pai do peixinho Nemo, que ela havia citado na primeira entrevista, brincando com Eduardo Coutinho que não viu o desenho animado ("É claro que você não viu, é um filme americanóide", diz ela).

A mulher, uma judia turca, é a mais velha do grupo (uma velha sábia?), a única que voltou para complementar o depoimento, para mudar o a rota, para cantar a prosaica canção "Se esta rua fosse minha".

E o final do filme só poderia ser este mesmo. Uma homenagem à memória que o antropólogo compara a uma velha gaita: "A memória, ou melhor, a percepção daquilo que chamamos de memória, é como um velho acordeom da Martinica - que se abre ou se fecha, encolhendo algumas coisas, aumentando outras e neste processo fazendo música".³

* Stela Meneghel é graduada em Medicina, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre e doutora em Medicina: Ciências Médicas pela mesma instituição e pós-doutora no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Autônoma, de Barcelona. Foi médica de Saúde Pública da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul por mais de vinte anos, atuando em vigilância epidemiológica e coordenando as atividades de ensino e pesquisa em epidemiologia junto à Escola de Saúde Pública da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, no período 1980 a 1998. Atualmente, é professora da Unisinos. Na universidade, atua no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Ela acaba de publicar o livro *Epidemiologia: Exercícios e Anotações* (Porto Alegre: Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul/ Escola de Saúde Pública, 2008).

² Pare ver o texto completo, leia: Marta Nunez Sarmiento. El modelo desde arriba y desde abajo: el empleo femenino y la ideología de género en Cuba en los últimos treinta años. In: Lebon, N. & Maier E. (Orgs.). *De lo privado a lo público*. México: UNIFEM, 2006.

³ Price, Richard (2004). Meditação em torno dos usos da narrativa na antropologia contemporânea. *Horizontes Antropológicos*. 10(2), p. 23-312.

Invenção

Editoria de Poesia

Eduardo Sterzi

POR ANDRÉ DICK

O poeta Eduardo Sterzi nasceu em Porto Alegre (RS), em 1973. É autor de *Prosa* (Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2001), uma coletânea de poemas, ao contrário do que o título subentende. Influenciado primeiramente pela poesia concreta (a última seção desse livro remete sobretudo à obra de Augusto de Campos, mas sem diluí-lo), Sterzi também dialoga com nomes do alto modernismo americano, como T. S. Eliot, Yeats e Ezra Pound, e cultivava uma certa linguagem elíptica, fraturada, na linha de Paul Celan. Em seu poema “Música”, mostra o encontro, ou melhor, o confronto entre as imagens da rosa nas trevas e da espuma de Mallarmé e o transtorno da II Segunda Guerra Mundial, com seu holocausto: “qualquer imagem / vale mais / / que a floração sentimental de uma / rosa: / / gás lacrimogêneo, / luto, melancolia, / / estrofe, catástrofe, / catarse: / / deposita-se, linear / (limpa e suja como um verso), / / pela praia pedregosa da palavra / – esta espuma”. A poesia de Sterzi, nesse sentido, sabe ler, com cuidado, os ganhos trazidos pela modernidade, buscando extrair “música de um lápis”, como escreve no poema “Exercício de escrita”, e entender, em “Demissão do poeta”, que pela janela há uma “visitação perpétua de musas” e “estrelas”, mas também de “insetos”.

Em “Civitas”, por sua vez, visualizando uma espécie de imagem negativa de Walter Benjamin dessa modernidade, escreve: “avistam-se apenas ruínas / / dorme tudo quanto é vivo / (a beleza que existe) / / sonâmbulo, somente o que nos mata: / filamentos de lâmpadas / (em brasa), espelhos,

relógios”. Em “Écloga”, compõe um retrato que parece mesclar o que parece inocente com uma certa violência da natureza: “rouxinóis / e bem-te-vis / / inútil natureza / / noite (voz que vês) / – *nascondere*: nascer – / / garganta miúda / / canto claro / de longínqua beleza / / a tarde carcome a folhagem / / o / mais-que-perfeito / / se desfez / / renascer renascerá / talvez / / no tempo / / da feroz / delicadeza”.

Já em versos como “a dor de ser / sem ter / sido. / / Nada (nem cheiro / nem tempestade), / mesmo que reviva, / num segundo abençoado, / a sensação de uma outra vida (frágil / como a própria infância, dor secreta do poema), / pode, fugaz, dar-me a garantia de ter vivido”, a infância é vista sob um ponto de vista que se assemelha ao de Giorgio Agamben em seus escritos filosóficos. A ligação entre a infância e a descoberta da linguagem (portanto, também de um trauma que acompanha o sujeito) se reproduz em outros poemas recentes, como em “UIVO de folhas queimadas, meio- / fio cortante: esta nuvem- / luz da infância / levo na garganta”. Esse trauma, aliás, é um dos motes em todos seus poemas recentes, publicados em revistas e que pertencem ao livro que prepara atualmente, intitulado *Aleijão*. Sterzi sintetiza a violência moderna, em versos amargos, como em “Retângulos” (“[...] os amantes – invertebrados – / confundem-se aos detritos”); em “Carta a outro estrangeiro” (“[...] O avião / que passa / me fala de outra cidade, / de sóis cadentes, / de uma noite incendiada”); e em “Enfant phare” (“De um lado, a família puída, a

/ mobília entrevada, o / cadeado, o cheiro de / guardado e naftalina”). Além disso, tais reflexões apontam o desgaste do próprio sujeito, que se crê filho da melancolia, o que se percebe no poema “O escrevente”: “a queda-da-asa / no fim do caminho / / o gesto da escrita / severo, esquivo / / a segura noturna, / a água dos dias / (saturno degusta / seus filhos)”. Por isso, como escreve em outro poema, “Atressi com l’orifanz”, o desânimo, quando tal sujeito se considera com “Ânimo de argamassa / mal-sovada, andaime / de ossos rotos”. Daí, também, o poeta explorar a relação direta e angustiante entre vida e morte, clara em versos do poema “Desterro”, de *Prosa*: “de volta à terra / ao desterro de meu corpo / / de volta ao céu / enterro tudo que não seja eu”. Já em “Conversa sem mais”, também de seu livro *Prosa*, há essa ligação: “Na força da palavra, carnívora / (conheces quem, temendo, a dome?), / vive uma dor que nos devora / a forma extrema de uma fome”.

Também ensaísta, Sterzi é mestre em Teoria Literária, pela PUCRS, com dissertação sobre Murilo Mendes, e doutor em Teoria e História Literária, pela Unicamp, com tese sobre *Vita nova*, de Dante Alighieri, sobre o qual concedeu entrevista ao site do IHU (www.unisinos.br/ihu), intitulada “A origem da subjetividade e da lírica modernas”, em 18-10-2007. Sobre o poeta florentino, também lançou recentemente a obra *Por que ler Dante* (São Paulo: Globo, 2008). Sterzi enviou, especialmente à IHU On-Line, os poemas a seguir, que integram o já mencionado livro inédito *Aleijão*.

CUIDADO AO CÃO
que morde dentro

ÁTROPO

a tesoura dos ponteiros
agride o fio das horas

CÂNTAROS

O amargo, de nós depurado,
ao cume,
em cântaros,
regressa:

íngremes
nossos poros,
íngreme
a fala.

FONTE DAS ABELHAS

boa é a água da fonte das abelhas
se eu morasse ali do lado e bebesse sempre daquela água eu seria feliz

SCRIPTA MANENT TRADING S. R. L.

Via della Sapienza, 5
tel. 0761/308711

Piazza della Morte, 3
tel. 0761/346660

QUANTO MAIS QUENTE

o azedo pensado
a termo — lembro
do cheiro quando
piolhos — desisto a
tempo — em flor
medraz — retine aparente
— mas não seduz —
cadente ao berço
— deslizo o ventre —
matiz fugaz — quanto
mais quente — esquece
a despesa — no
sol solvente a
canção — se assim
não restam nus

INVENTÁRIO

as coisas têm cor de Perdyzo e Perdyzo sois
eis o que digo com voz de tijolo
à sem-ouvidos

e eis que depois
o escorpião se esconde na pilha de tijolos
sem espreita sem maldade sem bênção

(todas as coisas paradisíacas perdidas são)

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu) de 14-04-2008 a 21-04-2008.

Brasil: um reformador retardatário

Entrevista com Henrique Menezes

Confira nas Notícias do Dia 14-04-2008

Uma análise da crise do desenvolvimento brasileiro, que avança pelo país nos últimos 25 anos, é o que faz Henrique Menezes nesta entrevista à **IHU On-Line**. Para ele, o Brasil é um “reformador retardatário”.

‘Só os índios, hoje, se preocupam com o futuro. Os brancos só olham para o presente’

Entrevista com D. Erwin Kräutler

Confira nas Notícias do Dia 15-04-2008

Para o bispo de Altamira, a liminar concedida pelo STF de suspender a ação da Polícia Federal em Roraima “é o maior absurdo que já ouvi na minha vida. Nossa justiça é classista, pois defende o direito dos intrusos, dos que não têm direito. Os arrozeiros estão festejando como se tivessem ganhado a maior vitória”

Os telejornais. Entre as vozes do público e do privado

Entrevista com Adriana Nilo

Confira nas Notícias do Dia 16-04-2008

Investigar a intertextualidade e polifonia presente nos telejornais apresentados no horário nobre foi o objetivo de Adriana Nilo em seu doutorado.

Ritos acadêmicos e a universidade hoje

Entrevista com Marco Aurélio Nogueira

Confira nas Notícias do Dia 17-04-2008

O professor analisa como os eventos acadêmicos, que antes eram significado de mérito para o corpo docente das universidades brasileiras, estão perdendo sua importância.

Um cidadão contra as papeleiras

Entrevista com Althen Teixeira Filho

Confira nas Notícias do Dia 18-04-2008

Como cidadão, o professor da UFPel reage ao novo zoneamento ambiental do Rio Grande do Sul, que liberou a atuação das empresas de celulose no estado em locais que podem destruir com nosso meio ambiente.

Liberdade de imprensa ou de interesses?

Entrevista com Venício Lima

Confira nas Notícias do Dia 19-04-2008

Na perspectiva de melhorar o trabalho jornalístico, Lima aposta na mídia livre e comenta que ela pode desenvolver um trabalho eficiente.

Mais um rio em agonia no Rio Grande do Sul

Entrevista com Carlos Marchiori

Confira nas Notícias do Dia 21-04-2008

Para Carlos Marchiori, a crise no Rio Gravataí é uma combinação de fatores, como a falta de oxigênio, o excesso de poluição e, principalmente, a falta de gerenciamento dos recursos naturais por parte dos governos municipal e estadual.

Análise da Conjuntura

A Conjuntura da Semana está no ar. Confira no sítio do IHU - www.unisinos.br/ihu

A análise é elaborada, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - com sede em Curitiba, PR, em fina sintonia com o IHU

acesse

www.unisinos.br/ihu



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos dessa semana, realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU
(www.unisinos.br/ihu).

Dia 24-04-2008
<i>IHU Idéias</i> Uma leitura das inovações bio (nano) tecnológicas a partir da sociologia da ciência Palestrante: Prof. MS Adriano Premebida - UFRGS Local: Sala 1G119, junto ao IHU Horário: 17h30min às 19h
Dia 28-04-2008
<i>Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia</i> Adam Smith (1723-1790): Filósofo e Economista
Dia 28-04-2008
<i>Encontros de Ética</i> A família na contemporaneidade Palestrante: Profa. Dra. Maria Isabel de Barros Bellini - PUC-RS Horário: 17h30 às 19h Local: Sala 1G 119

VOCÊ JÁ IMAGinou QUE ALGUM DIA FALARÍAMOS EM FUTURO PÓS-HUMANO? Ou, ALGO MAIS SURPREENDENTE, QUE HOMENS E MÁQUINAS PODERIAM SER UM SÓ: HÍBRIDOS?



ESSA DISCUSSÃO ESTARÁ PRESENTE NAS CONFERÊNCIAS E MINI-CURSOS DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL *UMA SOCIEDADE PÓS-HUMANA? POSSIBILIDADES E LIMITES DAS NANOTECNOLOGIAS*. O EVENTO ACONTECERÁ NA UNISINOS ENTRE OS DIAS 26 E 29 DE MAIO DESTE ANO. A PROGRAMAÇÃO COMPLETA DO ENCONTRO JÁ PODE SER CONFERIDA ATRAVÉS DO NOSSO SÍTIO WWW.UNISINOS.BR/IHU.

Para o bem ou para o mal? O valor das nanotecnologias para a sociedade

Segundo Adriano Premebida, para as pessoas, as vantagens podem compensar os riscos; tudo está sujeito às circunstâncias da área de aplicação. “Isso depende, também, da forma espetacular como são divulgadas as possíveis façanhas dos produtos nanotecnológicos”

POR BRUNA QUADROS

“**P**ara seguir o rastro dos beneficiados e prejudicados, de modo geral, e sem pesquisas empíricas específicas, o primeiro passo é visualizar as linhas de fraturas da própria ordem social, de como ela distribui riquezas, direitos, deveres e democratiza o acesso aos cidadãos à educação, à economia, à justiça, à saúde”, destaca o Prof. MS Adriano Premebida, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. A inserção das nanotecnologias no cotidiano das pessoas pode, sim, ter reflexo mais positivo do que negativo. E este resultado não depende somente da ciência. “Não serão os produtos nanotecnológicos que resolverão os problemas de acesso das pessoas às suas benesses, mas um projeto de sociedade que envolva um meio de sintonizar um conjunto heterogêneo de interesses e fatores determinantes da habilidade e da capacidade dos usuários optarem e saberem como tirar o melhor proveito destas tecnologias e terem consciência dos seus possíveis riscos”. No que tange à consolidação das nanotecnologias e nanociências no Brasil, Premebida destaca a necessidade de atrair jovens para a carreira científica.

Adriano Premebida é graduado em História e mestre em Desenvolvimento Rural. Atualmente, cursa doutorado em Sociologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É membro da rede de pesquisa em Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Confira informações sobre o evento na agenda da semana.

IHU On-Line - Que possibilidades surgem, a partir do momento em que as inovações nanotecnológicas deixam de ser apenas alvo de pesquisas e passam a ser consumidas?

Adriano Premebida - Para as ciências humanas e sociais, as possibilidades mais interessantes são os resultados das interações entre estes artefatos e as pessoas, quanto às mudanças de rotinas, percepção de si, do outro e do mundo. Muitas destas inovações são ou serão apenas incrementais, de dispositivos tecnológicos já existentes. Recordo-me do último Nobel de Física, vinculado a estudos que ajudaram no

desenvolvimento das memórias ultrassônicas, estas decorrentes de pesquisas com o fenômeno conhecido como magneto-resistência gigante, que possibilitou a construção de discos de computador de armazenamentos com grande capacidade. Tudo isso nós já usamos no dia-a-dia e são pesquisas relativamente incrementais. E, como todos sabem, as mediações humanas com as tecnologias digitais e da informação permitem a instituição de novas formas de contato social, novas experiências subjetivas com a imersão e a interatividade no ambiente produzido por estas tecnologias. Os jogos e as

comunidades virtuais de amizade são bons exemplos disso. Por outro lado, teremos as inovações revolucionárias, daí sim com sistemas totalmente novos e remodelados em qualquer área em que a manipulação nanoscópica de moléculas e átomos faça diferença nos arranjos da eficiência do produto: custo, desempenho e margens de desenvolvimento futuro, por exemplo. E aí as possibilidades são imensas, beiram à ficção e percebemos como a ciência não está purificada de muitos mitos, ou melhor, como ela é uma poderosa construtora de mitos, de imaginários. Estudar os mecanismos sociais de fa-

miliarização destes artefatos em sociedade democráticas; entender todo o ciclo de acumulação de conhecimento, patentes, prática laboratorial, negociação de diretrizes entre pesquisa e mercado; analisar a forma como adquirem estabilidade e traduzem interesses difusos, e como se movimentam pelas tortuosas fimbrias hierárquicas e de desigualdade nas sociedades contemporâneas, são algumas das possibilidades de estudos que estas tecnologias reservam aos cientistas sociais.

IHU On-Line - Em que medida o indivíduo ganha ou perde, com a chegada das nanotecnologias? Há alguma área em que haja um benefício maior, como na saúde, por exemplo?

Adriano Premebida - Para seguir o rastro dos beneficiados e prejudicados, de modo geral, e sem pesquisas empíricas específicas, o primeiro passo é visualizar as linhas de fraturas da própria ordem social, de como ela distribui riquezas, direitos, deveres e democratiza o acesso aos cidadãos à educação, à economia, à justiça, à saúde. É tão vasto o conjunto de áreas de pesquisa e setores industriais envolvidos na produção dos artefatos nanotecnológicos que é difícil apontar um caminho equidistante entre perdas e ganhos para o indivíduo. Com exceção da área militar, eu acho que o balanço geral será positivo para as pessoas e, sem dúvida, na área da saúde existem grandes promessas. Apesar da celeridade atual das inovações não ter paralelo na história humana, ela cobra o preço de não conseguirmos acompanhá-las com uma reflexão mais elaborada. Nestas condições, o importante é ter uma noção mínima de como o conhecimento tecnocientífico é produzido e organizado, de como ele é o efeito de alianças sociais heterogêneas, de como sua concretização é o desenlace de muita negociação. Seus resultados não são frutos de um determinismo tecnológico, mas de muita interação entre pessoas, sistemas técnicos, de conexão de recursos e de entidades estratégicas. Seguir isto, como evidencia Bruno Latour, mostra a fragilidade e, ao mesmo tempo, como o social concede a força necessária às variadas demandas da ciência e da tecnologia, até mes-

mo a sua autonomia da política e seu estatuto de conhecimento legítimo. E, o mais importante para as sociedades democráticas, indica sempre a possibilidade de abertura à participação das pessoas, senão nos quesitos especificamente técnicos do debate, ao menos nos fatores relacionados à regulação destas tecnologias e à tentativa de multiplicar aliados em torno dos seus interesses.

IHU On-Line - A sociedade está preparada para passar a inserir produtos nanotecnológicos no seu cotidiano? Mais do que isso, as pessoas têm conhecimento desses produtos?

Adriano Premebida - Não sei se é possível, historicamente, pensarmos em uma situação de equivalência entre recepção de certas tecnologias e nível de entendimento das pessoas acerca dos potenciais riscos e benefícios destas tecnologias. As relações de implicação mútua dos produtos nanotecnológicos no cotidiano das pessoas só podem ser analisadas no curso destas interações. Pelo que leio nas pesquisas sobre percepção pública de novas tecnologias, no geral, e talvez mais na área da saúde, as pessoas atêm-se mais aos benefícios do que aos riscos destas tecnologias. Para as pessoas, as vantagens podem compensar os riscos; tudo está sujeito às circunstâncias da área de aplicação. Isso depende, também, da forma espetacular como são divulgadas as possíveis façanhas dos produtos nanotecnológicos. Outra coisa é que a gradação da tolerância de um risco pode estar vinculada a como novas tecnologias desarranjam ontologias estáveis, como as demarcações entre natural e artificial. Às vezes, são fatores ligados ao caráter particular de uma racionalidade, como raízes religiosas e culturais de um grupo social ou de um indivíduo, que configura uma apologia ou depreciação de certa tecnologia. Quanto ao grau de conhecimento das principais noções e possíveis impactos sociais presentes nas pesquisas e produtos nanotecnológicos, as pesquisas de opinião pública mostram muita desinformação, mesmo em países onde o acesso à informação não é dificultado, frente a outras prioridades cotidianas. Vou dar

um exemplo apresentado por Frederico Neresini, professor de Sociologia da Universidade de Padova, na Itália, em um seminário de 2006, em São Paulo. Nesta pesquisa, realizada na Itália, foram analisadas as representações sociais sobre as nanotecnologias com grupos focais entre 10 e 12 pessoas e uma enquete com outras 1000 para, nesta última, mapear as palavras-chave associadas à nanotecnologia. Apenas 28% dos participantes tinham ouvido falar sobre nanotecnologia e quase metade destes informaram ter tido o primeiro contato sobre estas tecnologias pela TV, embora nesta, segundo o pesquisador, muito pouco se tenha dito sobre nanotecnologia nos últimos anos. Esta pesquisa tem um resultado interessante: os participantes representaram as nanotecnologias principalmente pelo seu lado positivo e de utilidade, fundamentalmente nas áreas da saúde. Em vista disso, a inovação que produz ruptura, ao modificar drasticamente um setor industrial e comercial, um perfil de consumo, a direção de desenvolvimento e investimento de certo padrão tecnológico, caminha como se estivesse adiantada em relação a outros espaços sociais. Estes são ajustados, geralmente, somente após um produto/processo de inovação tecnológica sedimentar-se socialmente, pois sempre existe a possibilidade de reações de resistência.

IHU On-Line - Materiais produzidos a partir das nanotecnologias estão ao alcance de todas as classes sociais? Se não, do que depende o acesso das pessoas a tais produtos?

Adriano Premebida - A difusão e acesso a tecnologias varia sobremaneira de acordo com os incentivos e restrições intrínsecas ao ordenamento de uma sociedade. Num país como o Brasil, incrivelmente desigual, isso vai depender, mais do que do produto tecnológico final, da transformação das oportunidades à educação, principalmente científica, e da incorporação equilibrada de um imenso contingente de pessoas à economia. E isso estará sujeito a um esforço político de longo prazo, de um projeto de nação, pois os mercados não definem pressupostos e formas institucionais, mas o contrário.

Não serão os produtos nanotecnológicos que resolverão os problemas de acesso das pessoas às suas benesses, mas de um projeto de sociedade que envolva um meio de sintonizar um conjunto heterogêneo de interesses e fatores determinantes da habilidade e da capacidade dos usuários optarem e saberem como tirar o melhor proveito destas tecnologias e terem consciência dos seus possíveis riscos.

IHU On-Line - As nanotecnologias tendem a fomentar o mercado brasileiro? E qual é o valor social deste avanço tecnológico?

Adriano Premebida - Isso vai depender das parcerias entre universidades, centros de pesquisa e a indústria. Se estas parcerias não forem fortes, o Brasil ficará ainda mais à margem do competitivo mercado de inovação mundial. E isto tem relação com a pergunta anterior, pois a comercialização e até o desenvolvimento das inovações nanotecnológicas irá depender do acesso e das respostas dos usuários destes produtos às empresas. Existe uma cooperação nestas redes de inovação, uma ajuda co-extensiva na capacidade de calibrar ambos os lados do processo, da demanda e da oferta, um depende do outro para ajustar conhecimentos na melhor maneira de utilizar e produzir um produto. A inovação não termina quando o produto é lançado no mercado. Por isso, se o Brasil quiser ter capacidade de gerar tecnologia, de fomentar seu mercado interno, e mesmo externo, precisará integrar toda a extensa rede que existe desde o laboratório de pesquisa até a ponta, nos usuários. E neste espaço de interação existe muito objeto de pesquisa para as ciências humanas, pois as inovações dependem do formato de negociação de uma agenda de novos serviços e produtos e no modo de identificar os espaços abertos pelas demandas ou necessidades sociais dos mercados locais, regionais e mundiais. Talvez ainda seja cedo apontar o valor social destes avanços tecnológicos, não obstante já estarem à porta. Quicá tudo dependa das mudanças de compromissos dos principais atores envolvidos nas circunstâncias de rearranjos políticos e econômicos em relação às

prementes questões ambientais, dos riscos tecnológicos e da monumental desigualdade socioeconômica contemporânea. O que posso indicar é que uma análise valorativa oscilará conforme o comportamento destas tecnologias em relação a como se integrarão à eficiência dos sistemas de produção energética, da remediação ambiental, ao caos urbanístico, à melhoria do transporte e da saúde, da produção industrial sustentável e ao controle da poluição, por exemplo. E esta agenda não vai depender apenas das nanotecnologias, mas de uma costura entre interesses sociais e políticos e como estes chegarão a moldar as linhas de pesquisa para caminhos alternativos de inovação. Estes caminhos dependerão da abertura da ciência a demandas da população e de proposições de movimentos sociais, principalmente

“A inovação não termina quando o produto é lançado no mercado”

ambientais. Os potenciais impactos socioambientais negativos da produção tecnocientífica gerida e voltada à lógica da produtividade, mas também da efetividade prática, já é o mote de muitos grupos sociais para abrir um espaço de discussão pública sobre a questão da adequação da produção científica e tecnológica às iniciativas de uma “ciência cidadã”.

IHU On-Line - É a partir das ciências exatas que pesquisas em nanotecnologias se tornam possíveis. No entanto, não seria interessante haver uma multidisciplinariedade nas pesquisas em nanotecnologias? Qual a contribuição das ciências humanas, neste caso?

Adriano Premebida - Existe muita multidisciplinaridade nas pesquisas nanotecnológicas e isto não é surpresa, tendo em vista a história das ciências. Na verdade, notei em muitas entrevistas e visitas a laboratórios de biotecnologia que as ciências ditas naturais tendem a ter maior abertura ao

diálogo e parcerias do que as ciências humanas e sociais. Talvez o maior problema seja como integrar as ciências humanas neste repertório de pesquisa. O Programa Forte em Sociologia do Conhecimento, uma proposta desenhada principalmente por David Bloor na década de 1970, estabelece princípios gerais sobre como os cientistas sociais podem explicar as condições efetivas da produção do conhecimento científico e tecnológico, seus fracassos e sucessos, a maneira como os cientistas organizam a racionalidade de suas explicações e como a ciência estrutura sua peculiaridade em relação a outros conhecimentos. Esta proposta programática influenciou sobremaneira as demais Escolas e programas de pesquisa em sociologia e antropologia das ciências contemporâneas. Um destes programas é o Programa Empírico do Relativismo, encabeçado principalmente por Harry Collins, e sua vertente de estudos tecnológicos, a Construção Social da Tecnologia, enunciada por Trevor Pinch e Wiebe Bijker. De forma muito resumida, estes programas centram seus estudos nas controvérsias científicas e tecnológicas contemporâneas e na forma como resultados empíricos de pesquisa e os artefatos tecnológicos são abertos a múltiplas interpretações. Estes programas de pesquisa tentam entender como fatores sociais, ou grupos sociais, determinam as rotinas experimentais e as escolhas teóricas dos cientistas; como funcionam os mecanismos de fechamento das controvérsias técnicas; e como interesses de ordem social, política e econômica influenciam dinâmicas de pesquisa e de constituição de conhecimento. Por último, temos a Teoria do Ator-Rede ou a sociologia da tradução mais conhecida pelos nomes de Bruno Latour e Michel Callon. Estes procuram descrever a prática da vida em laboratório, como os cientistas mobilizam o mundo para legitimar, reforçar e estabilizar suas teorias e artefatos para além dos laboratórios. Nesta perspectiva, a diferença analítica entre contextos de justificação e de descobertas é rompida, pois mostram como é difícil a distinção entre fatores cognitivos e sociais na produção tecnocientífica. Em meio a esta descri-

ção geral existe um campo de estudos ainda incipiente no Brasil, mas como ótimas propostas ou contribuições a quem pretenda estudar os impactos sociais, a produção e a circulação dos artefatos nanotecnológicos nos laboratórios e sociedade afora.

IHU On-Line - Qual é a atual situação do Brasil, em termos de pesquisas em nanotecnologias e do consumo dos produtos já desenvolvidos com esta técnica?

Adriano Premebida - Dentro do quadro geral de investimentos, pelo menos com recursos públicos, parece-me que as nanotecnologias estão bem. No âmbito das empresas, a situação, pelo que acompanho, ainda é exangue. No espaço possível de uma política científica, as nanotecnologias e a nanociência conseguiram se enquadrar no âmbito de uma retórica de conhecimento estratégico. Esta grande exposição pública pode favorecer financiamentos e é também uma oportunidade de divulgação de importantes inovações. Outra coisa é que as nanotecnologias são formadas por áreas muito diversas e vastas. Geralmente, tendemos a divulgar fatos que causam admiração, fascinação e mesmo temor. É muito fácil falar de nanotecnologias de forma genérica, como eu fiz até agora, mas empiricamente a situação é mais complexa. Deve ser analisado caso por caso, no mínimo a partir da divisão entre tecnologias incrementais e as revolucionárias. Quanto aos produtos consumidos e produzidos no Brasil, não sei dizer com precisão, mas as áreas mais evidentes nos editais de pesquisa são as biológicas, farmacológicas, química, engenharia de materiais e eletrônica, esta última com certo déficit histórico. A consolidação das nanotecnologias e nanociência no Brasil, como qualquer área de pesquisa, vai depender da criação e manutenção de uma libido no campo científico, visando atrair jovens dispostos a seguir carreira científica; da conscientização dos empresários locais sobre a importância de investimentos em pesquisa e desenvolvimento; e de cidadãos aptos a entender minimamente o funcionamento da ciência e tecnologia em conjunto com um sistema que permita a participação dos mesmos nas escolhas sociotécnicas.

Passado e presente: tradicional conceito de família perde espaço diante da tecnologia

Maria Isabel Barros Bellini explica as transformações sociais das famílias contemporâneas, delineando as perdas e os ganhos, a partir do avanço das tecnologias

POR BRUNA QUADROS

“A complexidade das relações familiares e das novas tecnologias da informação e comunicação anuncia que o processo de globalização e o avanço dessas tecnologias têm provocado rupturas nas relações familiares e essas rupturas muitas vezes se expressam através da violência, do abandono de rituais, do abandono de tradições.” A afirmação é da Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini, da Faculdade de Serviço Social da PUC-RS, que, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, destacou os novos modelos de família: “O que se encontra em alguns lares são estranhos vivendo sob o mesmo teto, cada qual no seu pequeno mundo (quarto), conectado com o além mar e absolutamente distante do quarto ao lado”. Uma das respostas para este distanciamento está no surgimento das tecnologias, que “provocaram uma alteração no viver e no conviver. Há outros elementos participando agora no cotidiano familiar, através das propagandas, dos programas, da instauração de novas formas de lazer, das possibilidades de construir novas formas de viver a família”, ressalta Maria Isabel, que estará no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no dia 28 de abril para discutir o tema A família na contemporaneidade. A atividade, que será realizada das 17h30 às 19h, na sala 1G119, integra o evento Encontros de Ética, promovido pelo IHU.

Maria Isabel Barros Bellini é doutora em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), onde é professora no curso de Serviço Social. Atualmente, também é assistente social do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e coordenadora de pesquisa da Escola de Saúde Pública da Secretaria Estadual da Saúde/RS.

IHU On-Line - Em décadas passadas, a tradição pesava muito para que as gerações seguintes continuassem o legado de suas famílias. Por que hoje esta situação não é comum?

Maria Isabel Bellini - Hoje, mais do que nunca, a tradição, os hábitos, os rituais estão sendo suplantados por toda uma avalanche de informações, pelo acesso à invasão de conteúdos e determinações que chegam via tecnologias da informação e comunicação. No seu pequeno e poderoso reduto, a família é jogada diariamente em um mundo diferente, inovador, moderno e que tanto pode ser humanizador como brutalizador. A complexidade das relações familiares e das novas tecnologias da informação e comunicação anuncia que o processo de globalização e o avanço dessas tecnologias têm provocado rupturas nas relações familiares. Tais rupturas muitas vezes se expressam através da violência, do abandono de rituais, do abandono

de tradições. Porém, outras tradições são reeditadas, se retomam antigos hábitos, ou seja, não é possível caracterizar como um processo de uma só direção.

IHU On-Line - Como o seu trabalho, na área de Serviço Social, ajuda a entender os novos modelos de família? Qual é o atual conceito de família?

Maria Isabel Bellini - Na prática do assistente social, em diferentes espaços, os sujeitos encontram-se em condições de desrespeito a seus direitos. São excluídos de um mundo que disponibiliza tanto conhecimento para alguns e tão pouco ou nenhum para muitos. Além disso, possuem desejos e necessidades que não são atendidos, não são capacitados e qualificados para atividades que possam dar retorno financeiro e que tragam gratificação e muitos não têm garantido condições mínimas de vida. E, especialmente no que se refere ao modelo de família, há um sentimento que se perpetua de que suas famílias não correspondem a um modelo ideal o qual a história mesmo mostra que nunca existiu. Sistemáticamente, esse sentimento gera discursos que apregoam as virtudes tradicionais, o que, para A. Giddens, é mais saudosismo do que convicção de que antigamente a vida em família fosse melhor. Nosso trabalho, neste aspecto, incide na valorização das diferentes formas de relação entre os sujeitos como relações em potência, em que modelos e estruturas devem ter a utilidade de unir e não de afastar.

IHU On-Line - Podemos considerar que o contexto familiar na contemporaneidade nos remete a uma idéia de individualização?

Maria Isabel Bellini - O mundo contemporâneo engendra práticas sociais que apontam possibilidades, conhecimentos e esperanças e, na mesma medida, perigo e violência. Dessa forma, assim como se acendem as luzes de um futuro verdadeiramente extraordinário, com grande progresso da ciência, com o homem viajando cada vez mais longe na galáxia, também esse mesmo homem paga o tributo da exclusão, da devastação humana pela mesma avalanche que produz os avanços das tecnologias. O que se encontra em alguns lares são estranhos vivendo sob o mesmo teto, cada qual no seu pequeno mundo (quarto), conectado

com o além mar e absolutamente distante do quarto ao lado. Sabe-se que nos Estados Unidos não são fabricadas mais mesas para jantar. Elas passaram a ser obsoletas, pois as famílias não fazem mais as refeições juntas.

IHU On-Line - A criação em um âmbito familiar é considerada a melhor saída para a formação. Neste sentido, o que leva pessoas que tiveram uma boa base familiar a seguir caminhos contrários como, por exemplo, comportamentos violentos?

Maria Isabel Bellini - Esta essa é uma pergunta muito complexa e perigosa, pois pode gerar preconceitos, rótulos. O psiquiatra Luís Carlos Osório afirma que, embora “seja no seio da família e a partir de certas interações ‘patológicas’ entre seus membros que as primeiras

“Face à implementação das tecnologias intelectuais na sociedade, enfrentamos novamente decisões dilemáticas sobre seu impacto na vida humana”

manifestações de violência parecem, decididamente, não se pode afirmar que haja um protótipo de família que gere indivíduos violentos. Em corroboração a tal assertiva tem-se a constatação de que em determinadas famílias só um dentre vários filhos desenvolve tendências ao comportamento violento”. Desta forma, essa questão não está respondida de uma forma conclusiva, porém, com certeza, o que se sabe é que não se pode generalizar ou aprisionar famílias a partir da experiência de alguns de seus membros.

IHU On-Line - E qual é a sua visão sobre a decisão dos filhos de deixar ou de permanecer na casa dos pais? Em que medida se pode ganhar ou perder, de acordo com o posicionamento?

Maria Isabel Bellini - No ciclo vital da família, existe uma fase denominada “ninho vazio”, caracterizada pela saída dos filhos da casa dos pais para viver de forma independente. O fenômeno contrário, chamado por alguns de “ninho cheio”,¹ tem sido objeto de *voyerismo* por parte de alguns pesquisadores. As explicações são muito diversas e incluem desde a violência externa, o desemprego, a falta de energia e de projeto de vida de uma geração, a falta de autoridade dos pais. São variáveis que atingem a família como um todo e os membros individualmente. A permanência pode significar não “emancipar-se financeiramente e emocionalmente dos pais”.² Nas famílias em situação de vulnerabilidade, pode significar acolher aqueles que ainda não puderam lançar-se por falta de oportunidade, de melhores condições de vida, de não acesso ao mundo do trabalho.

IHU On-Line - Como a senhora avalia os casos de violência intrafamiliar, dentro de casa, quando mulheres e crianças são as principais vítimas? O que provoca estas situações e como fica a estrutura familiar?

Maria Isabel Bellini - Nas relações de violência na família, existem pontos de resistência que se expressam de diferentes formas. Na relação com o avanço da tecnologia, o questionamento incide sobre os pontos de resistência e submissão da família no contexto atual. Frequentemente, coloca-se a família na condição de subjugada pelo processo de globalização e domesticada pelas novas tecnologias. É necessário lutar contra essa simplificação e buscar complexificar essa discussão, deixando de lado derrotados e vencedores, e privilegiar relações entre sujeitos que se constroem em um novo mundo. A violência, por sua vez, é um fenômeno que está diretamente associado ao aprofundamento do avanço tecnológico e pode expressar-se de inúmeras

¹ *Ninho cheio*: a permanência do adulto jovem em sua família de origem (Porto Alegre: Faculdade de Psicologia/PUC-RS, 2004). A obra foi dissertação de mestrado de Paula Grazziotin Silveira. (Nota da autora)

² Idem. (Nota da autora)

formas, materializando-se em agressões físicas, violência simbólica, psicológica, sexual, negligência, maltrato, abandono, atingindo a estrutura familiar e atingindo as “vítimas preferenciais” como as crianças e as mulheres, muito embora elas não sejam as únicas.

IHU On-Line - A globalização e a evolução tecnológica podem ser fatores de transformação nas famílias contemporâneas?

Maria Isabel Bellini - As novas tecnologias provocaram uma alteração no viver e no conviver. Há outros elementos participando agora no cotidiano familiar, através das propagandas, dos programas, da instauração de novas formas de lazer, das possibilidades de construir novas formas de viver a família. Qual uso será dado às tecnologias não é um dilema do homem contemporâneo. A questão mais importante, talvez, seja como garantir o uso humanizado destas tecnologias. Face à implementação das tecnologias intelectuais na sociedade, enfrentamos novamente decisões dilemáticas sobre seu impacto na vida humana. Desde a sociedade oral primária, todo um aparato tecnológico intelectual evidenciava-se como parte do cotidiano. A palavra, artefato principal de então, era o estofo da memória social. Conforme a carga emocional contida nos relatos, estes sustentavam memórias que sobreviviam longamente. O impacto e o uso desta tecnologia persiste até os dias atuais e se mantém vinculado à forma de viver cotidianamente, pois a maior parte das habilidades humanas transmitiram-se oralmente ou por imitação. Pierre Lévy refere uma nova cultura que vem sendo criada a partir de todo o crescimento tecnológico e aporta importantes conhecimentos sobre o cotidiano do cidadão. Afirma ele: “Dominamos a maior parte de nossas habilidades observando, imitando, fazendo, e não estudando teorias na escola ou princípios nos livros”.³ Na sociedade da palavra e da escrita, o alfabeto e a impressão tiveram seu papel fundamental de transmissores de formas de viver, pensar, construir conhecimento, comunicação. Isso tudo impactando as relações entre os homens e, conseqüentemente, as relações familiares.

3 LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 84. (Nota da autora)

“O nome da rosa”: um olhar sobre o capitalismo

POR BRUNA QUADROS

Desde a Baixa Idade Média, período que iniciou no século XI e seguiu até o século XV, um novo formato de economia passou a organizar as sociedades: o capitalismo. Este novo modelo, que pôs fim ao feudalismo, provocou transformações na esfera econômica, como a projeção das classes burguesas e fomento comercial. Para analisar o reflexo deste novo conceito de sociedade, o Centro de Apoio e Pesquisa aos Trabalhadores (CEPAT) promove o evento O capitalismo visto pelo cinema. Identificar os códigos usados em cada um dos filmes que serão exibidos, estabelecendo uma relação à compreensão científica do capitalismo, além de relacionar o desenvolvimento do capitalismo com as atuais formas de organização econômica e social, são alguns dos objetivos dos debates.

O CEPAT abre a programação com a exibição do filme *O nome da rosa*, cujo título original é *The name of the rose*, de Jean-Jacques Annaud, no dia 26 de abril. O debate sobre a obra será conduzido pela economista Luzia do Rocio Pires Ramos, assessora do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI-PR) e das Pastorais Sociais da Arquidiocese de Curitiba, no Sindicato dos Engenheiros - SENGE/PR, das 08h30min às 12h30min. O evento é promovido em parceria com o Instituto Humanitas Unisinos - IHU.



PARA SABER MAIS...

A temática do filme *O nome da rosa* gira em torno de estranhas mortes começam a ocorrer num mosteiro beneditino localizado na Itália, durante a Baixa Idade Média, onde as vítimas aparecem sempre com os dedos e a língua roxos. O mosteiro guarda uma imensa biblioteca, a qual poucos monges têm acesso às publicações sacras e profanas. A chegada de um monge franciscano, interpretado por Sean Connery, incumbido de investigar os casos, irá mostrar o verdadeiro motivo dos crimes, resultando na instalação do tribunal da santa inquisição.

Perfil Popular

A cada edição, a história de um membro da comunidade.

Imidia Zeferino

POR GREYCE VARGAS

Imidia Zeferino passou grande parte da vida enfrentando batalhas. Aos 48 anos, ela já passou por inúmeras adversidades e luta para vencer todas elas. Separada do marido há três anos, Imidia mora com os dois filhos mais novos e cuida da mãe, além de participar do grupo Mulheres da Brás, de São Leopoldo. Com voz baixa e olhos brilhantes, às vezes por contar as vitórias, outras pelas lágrimas que os enchiam, ela contou um pouco da sua história para a IHU On-Line. Confira.



Ela nasceu na cidade de Barracão, município localizado no sudoeste do estado do Paraná. “Somos 11 irmãos”, conta Imidia. “Tem quatro aqui na Brás comigo, dois vivem na Vila Paim e o resto continua no Paraná.” A infância em Barracão foi bastante difícil. “Meu pai era muito bravo, a gente trabalhava a semana toda e não podia sair para brincar”, relembra. Em 1979, aos 20 anos, Imidia casou e saiu de casa. Os pais, em busca de melhores condições de vida, vieram para o Rio Grande do Sul e dois anos depois, em 1981, ela e o marido mudaram-se também.

Casamento

O casamento foi um tanto conturbado. Tiveram cinco filhos e por causa deles o marido nunca permitiu que Imidia trabalhasse, por mais que esse fosse um sonho antigo. Conforme os filhos foram crescendo, o marido não queria mais sustentá-los, quando um deles envolveu-se com drogas, o marido ficou violento. “A gente teve muitos desacertos, ele bebia muito. Nossas primeiras broncas começaram por causa do meu guri que estava metido com drogas. Até que um dia, meu ex-marido bateu no meu filho e me mandou escolher entre ficar casada com ele ou ficar ao lado do meu filho. Eu jamais ia escolher ele e deixar meu filho de lado”, disse. Com isso, o marido saiu

de casa e ficou sete meses fora e voltou. O casal conversou e tentou mais uma vez. “Mas ele ficou muito violento, por causa de ciúmes. Um dia ele foi para o bar e quando voltou queria me matar. Foi meu irmão e minha mãe que apartaram a briga.” Não deu certo novamente e Imidia, para, finalmente, dar um fim a essa história, procurou um advogado e o ex-marido saiu de casa.

A vida hoje

Hoje, Imidia mora com os dois filhos mais novos e a mãe. “Meu irmão morava nos fundos da casa da minha mãe quando eu me separei. Como eu fiquei sozinha e não trabalhava, fiquei sem condições de pagar as contas. Troquei de casa com meu irmão e assumi a responsabilidade sobre a saúde da minha mãe. Ela tem 79 anos e sofre de pressão alta e dos nervos. Às vezes, temos que levar ela no plantão e fazer soro na veia. Eu queria ter o meu salário, mas agora com essa responsabilidade não posso, tenho que cuidar dela, ela me sustenta e cobra para que eu cuide dela.”

Os filhos

Os filhos mais novos, Franciele, de 12 anos, e Carlos, de 14, estudam na Escola João Goulart, única escola municipal da Vila Brás. “Meu filho do meio, Adriano, deixou os vícios e as drogas e agora ele

trabalha numa churrascaria no centro de São Leopoldo e vai casar, vai ser pai.” André, outro filho de Imidia, mora perto da casa da mãe e a mais velha, Betânia, vive com o marido em Santa Catarina. “Meu sonho é que meus filhos estudem para ter mais do que eu tive. Quanto mais eles estudarem, melhor é o emprego que eles vão ter. Eu me arrependo de não ter teimado com meu ex-marido e não ter trabalhado antes, hoje eu poderia ter um emprego bom.”

Mulheres da Brás

Imidia participa do Grupo de Mulheres da Brás. Entrou para o grupo por meio da Dica, que conheceu quando preparavam um sopão na casa da vizinha para as crianças carentes da comunidade. “Eu aprendi a fazer crochê no Projeto Meninos e Meninas da Vila Progresso. Agora estou aqui no Mulheres da Brás e faço crochê por encomenda. Ontem a gente fez um acolchoado bem bonito.” Imidia conta que no grupo passou a rir mais. “No grupo, a gente conversa, fala das dificuldades, mas fala das coisas boas também. Eu gosto muito daqui, a gente se diverte.”

Fé

Imidia é católica e acredita muito em Deus. “Eu leio muito a Bíblia, tenho muita fé e, sempre que peço algo com fé, sou atendida”.

IHU Repórter

Ana Luisa Alves

POR PATRICIA FACHIN

Com apenas 27 anos de idade, Ana Luisa Alves divide seu tempo entre as consultas no Projeto Alerta da universidade, as aulas ministradas na Faculdade de Fátima, em Caxias do Sul, e a vida em família. Em conversa com a IHU On-Line, ela conta sua história de vida, revelando o amor pela tranquilidade do campo, os dilemas de uma profissional recém-formada e as alegrias da nova vida de casada. Conheça a história da nutricionista que, nos finais de semana, deixa a profissão de lado e se diverte, moderadamente, com as famosas guloseimas.



PATRICIA FACHIN

Origens - Nasci e sempre morei em Porto Alegre. Tenho mais três irmãos, um homem e duas mulheres. Sou a caçula. Nós nos encontramos com frequência nos finais de semana, no sítio dos meus pais, em Glorinha, município próximo a Porto Alegre.

Infância - Passei a minha infância no sítio, andando a cavalo e brincando na terra. Eu nunca tive videogame quando era pequena. Mas, se quisesse um cavalo, meu pai comprava. Meus pais sempre prezaram o contato com a natureza. Até os sete anos, passei boa parte da minha infância no clube campestre Estância de São Pedro, na cidade de Gravataí. Mais tarde, a família comprou um sítio e passamos mais

tempo lá, sempre cercados de bichos, cachorros, gatos, passarinhos, ovelha. Uma vez eu até ajudei a fazer o parto de uma ovelha.

Família - É minha base. Antes de tomar uma decisão, preciso do apoio da família. É para ela que recorro em momentos difíceis e alegres.

Graduação - Cursei Nutrição na Unisinos. Ao concluir o curso, ingressei no mestrado em Saúde Coletiva e com 24 anos finalizei a pós-graduação. Esse foi um momento complicado, porque eu obtive uma titulação alta, mas não tinha experiência. Assim, foi bastante difícil conseguir uma colocação no mercado. Então, nesse ano, decidi

ir para o Maranhão, trabalhar como professora numa universidade em São Luís. Fiquei lá por seis meses. Não me adaptei, pois a cultura deles é muito diferente. Parece que estava em outro país. Embora a região ofereça mais possibilidades de trabalho, senti falta da família, do frio, do chimarrão. Culturalmente, era muito estranho. Não tinha mato nem parques, só praias. Mas valeu a experiência. Quando retornei ao Rio Grande do Sul, consegui uma vaga no mercado de trabalho.

Casamento - Morro junto com meu marido há um ano e oito meses. Mas no dia 7 de março deste ano decidimos oficializar a união. Nós namoramos por seis anos. Ele sempre me apoiou em